



MEMÓRIA, HISTÓRIA E PERTENCIMENTO

EDUCATIVO PARA A
SENSIBILIZAÇÃO NAS INFÂNCIAS

AUTORA: ANA CAROLINA GLERIA LIMA
ILUSTRADORA: CRISTIANE SOUZA GONÇALVES

MEMÓRIA, HISTÓRIA E PERTENCIMENTO

EDUCATIVO PARA A
SENSIBILIZAÇÃO NAS INFÂNCIAS

AUTORA: ANA CAROLINA GLERIA LIMA
ILUSTRADORA: CRISTIANE SOUZA GONÇALVES

Parceria de fomento:



Realização:



QR CODE para o E-book:



SUMÁRIO

Prefácio	4
Introdução	8
Guia de conceitos-chaves	12
Patrimônio Cultural: breve conversa com os educadores	20
Educação Patrimonial: conceitos e metodologias	26
A Casa . Educação Infantil	36
Contaço de História – A casa mágica que fabricava memórias	37
Material Educativo: Atividades	49
Com a minha mãozinha, eu sinto minha casa	50
Minha casa, de que tamanho?	51
A casa muda com o tempo e o lugar	51
Na minha casa falada cabe rima	51
Tem formas geométricas na minha casa	52
Todos os seres vivos têm casa	53
Era uma casa muito engraçada	53
Minha casa em movimento	53
A Rua . Ensino Fundamental I	54
Contaço de História – A rua banguela	55
Material Educativo: Atividades	65
HISTÓRIA . O porquê do nome dos lugares	65

CIÊNCIAS . O que é vivo na minha rua?	65
PORTUGUÊS . Na minha rua tem	65
MATEMÁTICA . A rua feita de formas e medidas	66
EDUCAÇÃO FÍSICA . Minha vó brincava de	66
ARTES . Se essa rua fosse minha	66
GEOGRAFIA . Grama, arbusto, árvore... como é o verde da sua rua?	68
GEOGRAFIA . O mapa da minha rua	69

A Cidade . Ensino Fundamental II	70
Contaço de História – A rua banguela	71
Material Educativo: Atividades	83
CIÊNCIAS . Está calor? Plante uma árvore	83
ARTES/HISTÓRIA . Maquete da minha cidade	84
PORTUGUÊS . Era uma vez uma cidade que falava	85
MATEMÁTICA . Os números da cidade	86
EDUCAÇÃO FÍSICA . Mobilidade pela cidade	86
GEOGRAFIA . Mapa afetivo: minhas memórias na cidade	86
Considerações Finais	88
Notas	91
Sugestão de livros infantis	94
Referências	96
Sobre a equipe	100
Nota do Instituto Paulista de Cidades e Identidades Culturais	102

PREFÁCIO

A memória individual é como um algodão. A pluma, naturalmente emaranhada nas fibras do algodoeiro, sem planejamento algum, é produzida em suas múltiplas experiências. Da semente, a fibra macia e delicada vai ao cesto, tomada pela mão calejada do trabalhador. Ali, com outras tantas memórias carregadas assim, sem jeito, representam apenas a soma de muitos “eus”.

Pelo gênio humano, o que era de um, se torna de muitos. No tear, a fibra, que antes era só, entrelaça-se a outras e transforma-se em trama, enredo, intriga. Tudo em forma de narrativa. O tecelão, assim, se faz narrador de memórias que deixam entrever as identidades coletivas de famílias, comunidades e sociedades. Sem vontade própria, o tecido assume a trama que o artista escolheu.

Feita narrativa, a memória coletiva volta para o mundo: modificada,

editada, selecionada, composta e recomposta pelo tecelão. Como ensinou Le Goff¹, vira escrita, tornando-se documento, com múltiplas funções. Talvez para guardar o que queremos contar, através do tempo e do espaço, aos herdeiros do futuro. Ou, quem sabe, para assegurar que não apenas os ouvidos ouçam, mas que também os olhos leiam, e as mãos reordenem e retifiquem, cada vez que a trama mudar.

A memória também se petrifica, tornando-se monumento que comemora, celebra e resiste pacientemente, num esforço de perpetuação da lembrança. Esses arquivos em mármore, granito, tijolos, ou concreto, multiplicam-se em cemitérios, praças e avenidas, eternizando memórias individuais que ganharam sentido coletivo. São testemunhos silenciosos, moldados por tecelões da história: historiadores, arquitetos, antropólogos, sociólogos, jornalistas, memorialistas...

Diante da inevitabilidade da própria finitude, o ser humano segue preservando aquilo que define parte de sua humanidade: sua produção cultural. Sendo o único ser consciente da passagem do tempo, ele constrói e reconstrói continuamente seu espaço de experiência e seus horizontes de expectativa. O patrimônio cultural, então, emerge como repositório de múltiplas camadas de significados, de tecidos fiados por práticas sociais e múltiplas interações que lhe dão sentido.

Nesse processo, “de fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado”. O que realmente aconteceu, ninguém sabe. O que temos são vestígios selecionados por diferentes formas de poder que “operam no desenvolvimento temporal”². Aqueles que tem poder estabelecem critérios para escolher os testemunhos materiais e imateriais que vão compor

seu patrimônio cultural, os quais se tornam referências fundamentais para sua identidade e diferenciação em relação a outros grupos.

Nas mãos da tecelã Ana Gleria, as memórias tornam-se ferramentas de sensibilização de crianças, de estímulo ao pertencimento aos espaços urbanos e à valorização do patrimônio cultural. A casa, a rua e a cidade transformam-se em tramas ordenadoras do processo educativo. Como ipeciqueana de alma, que luta pela construção de cidades humanas, Ana defende que a educação patrimonial não se limita ao tombamento de bens históricos, mas deve, antes de tudo, ser fruto do reconhecimento dos espaços cotidianos como parte da identidade cultural. Para isso, destaca exemplos nacionais e internacionais de iniciativas educacionais e reforça a importância de práticas interdisciplinares e da participação social na preservação do patrimônio.

Dessa forma é que Ana convida educadores, alunos e famílias a se tornarem protagonistas na trama de suas memórias, tomando para si o poder de tecer narrativas vivas e entrelaçando seus laços com os lugares que habitam. Assim, tornam-se, simultaneamente, fios e fiandeiros, tecendo a trama que constroem, imprimindo identidade ao chão que pisam e dando sentido à cidade em que vivem.

Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa

Pesquisadora do Instituto Paulista de Cidades e Identidades Culturais (Ipcic)

INTRODUÇÃO

Neste livro, é abordado o tema da Educação Patrimonial, com o propósito de incentivar a sensibilização e estimular o diálogo sobre o sentimento de pertença dos espaços e lugares da cidade, de maneira a construir a valorização e o respeito pelo patrimônio cultural tanto o material quanto o imaterial, desde a primeira infância.

A proposta coloca luz na vivência rememorada, entrelaçando a identidade cultural e a preservação das malhas urbanas³, de maneira lúdica, através da contação de histórias e atividades didáticas a serem desenvolvidas dentro do ambiente escolar, incentivando os alunos para que tecam os primeiros fios que enredam as noções de memória e pertencimento, compreendendo seu protagonismo relativo aos cuidados dos espaços de valor material e também simbólico que compõem o patrimônio brasileiro.

Voltado a contribuir com a formação crítica da população a respeito da ocupação, leitura e do pertencimento às cidades, e dos bens nelas edificados, a relevância deste livro é percebida pelas dificuldades de diálogo entre os profissionais técnicos, o poder público e a sociedade civil, nas tomadas de decisões que cercam o tema, fato que tem provocado a perda irreparável de nossas memórias sociais e nossas edificações de interesse cultural a favor do avanço da especulação imobiliária que ocorre em diversos bairros pelas cidades do estado, sejam do interior ou da capital paulista.

As primeiras páginas são dedicadas a uma conversa com os educadores, apresentando os conceitos e as terminologias que cercam o tema do Patrimônio Cultural – inclusive os debates da atualidade sobre os territórios e as memórias que pretendem representar a pluralidade –, e, ainda,

as metodologias de educação patrimonial que foram chave para a proposta das atividades didáticas, como as diretrizes de educação patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e no programa *Teaching and Learning with Living Heritage* da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Respeitando o ritmo do desenvolvimento infantil da percepção espacial como um processo contínuo, o conteúdo está organizado entre a Educação Infantil, e as etapas do Ensino Fundamental I e II, relacionando-os diretamente com as escalas arquitetônicas e urbanas: da casa, rua e cidade (ao mesmo tempo, a contação de história brinca com a personagem das narrativas, que cresce, ao longo do livro).

A disponibilidade do volume também em formato de e-book permite que o material seja replicado, mesmo considerando a diversidade como principal característica do patrimônio cultural brasileiro. Por isso, este livro traz como ponto central a sensibilização a respeito da memória e do sentimento de pertencimento (mas não se trata de promover a patrimonialização realizada por órgãos municipais, estaduais ou federais), visto que nenhum dos conteúdos se refere apenas a uma realidade, e todos podem ser replicados, aprofundados e desdobrados para diferentes cidades, regiões e estados.

Esta proposta, composta por este livro e outras ações educativas que serão desenvolvidas de maneira piloto em escolas públicas da cidade de Ribeirão Preto/SP⁴, foi viabilizada com a assinatura do Termo de Fomento no 024/2024 pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de

São Paulo (CAU/SP) e o Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCIC), com o título “Memória, história e pertencimento nas infâncias: educação patrimonial para a construção de uma sociedade cidadã protagonista em suas ações de preservação do patrimônio cultural”, sendo realizada entre os meses de janeiro e agosto de 2025. Pode entrar, nossa casa está de portas abertas!

Se você é professor(a) da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I ou II e desenvolver alguma atividade inspirada neste livro, compartilhe nas redes sociais marcando @ipcic e @causp_oficial e utilizando a hashtag #ipicnocaueduca. Vamos, juntos, fortalecer uma rede de trocas, ideias e inspirações que surgem a partir deste livro.

GUIA DE CONCEITOS- CHAVES

Patrimônio Cultural Brasileiro

Conjunto de bens de valores histórico, cultural, artístico e científico que reflete a identidade, as ações e a memória dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira. Abrange tanto os bens materiais quanto os imateriais, que, juntos, constituem a riqueza e a diversidade cultural do Brasil. Segundo o **Art. 216 da Constituição Federal (CF) de 1988**:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Patrimônio Material

Refere-se aos bens que podem ser vistos e tocados, como edifícios históricos, monumentos, obras de arte, documentos, objetos, sítios arqueológicos e paisagens naturais. O Iphan classifica o patrimônio material em quatro grupos: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Os bens materiais imóveis, que podem ser tombados, incluem cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos, e bens individuais. Já os bens móveis incluem coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Patrimônio Imaterial

É composto por práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que comunidades, grupos, e, em alguns casos, indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Essas manifestações são transmitidas de geração em geração, e constantemente recriadas. O patrimônio imaterial pode se manifestar de diversas formas: saberes e ofícios, que envolvem conhecimentos tradicionais como técnicas de artesanato, medicina, agricultura e outras práticas comunitárias; celebrações, como festas populares, rituais religiosos e cerimônias que marcam eventos importantes na vida das comunidades; formas de expressão artística, como músicas, danças, teatros, narrativas orais e outras manifestações artísticas; e lugares, como mercados, feiras, santuários e outros locais que abrigam práticas culturais coletivas.

Preservar o patrimônio

Envolve a proteção e conservação dos bens culturais de uma sociedade, assegurando que sejam mantidos em seu estado original e valorizados por seu significado em âmbitos histórico, artístico e cultural. Esse processo deve garantir que as gerações futuras possam usufruir e aprender com esses bens, mantendo viva a memória e identidade coletiva da comunidade. A preservação do patrimônio é uma ação contínua e multifacetada, que inclui a identificação, documentação, restauração e promoção desses bens, além de estabelecer políticas e regulamentações que assegurem sua proteção contra ameaças de degradação ou destruição. Com essas ações, pretende-se não apenas garantir a conservação física dos bens culturais, mas também o fortalecimento do vínculo das pessoas com sua herança cultural e a valorização do legado histórico.

Tombamento

É um ato administrativo e legal realizado por órgãos de preservação do patrimônio cultural com o objetivo de proteger e conservar bens materiais. Esse processo impede que tais bens sejam destruídos, descaracterizados ou degradados, garantindo sua preservação para as futuras gerações. O tombamento é o mais antigo instrumento de proteção patrimonial no Brasil e ainda é utilizado pelo Iphan. Instituído pelo **Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937**, proibia a destruição de bens culturais tombados

(ou seja, inscritos no livro do tomo), colocando-os sob vigilância do Instituto. Para ser tombado, um bem material passa por um processo, até ser inscrito em pelo menos um dos quatro Livros do Tombo: Arqueológico, paisagístico e etnográfico; Histórico; Belas Artes; e Artes Aplicadas. Quando é tombado, um bem passa a ser oficialmente reconhecido como parte do patrimônio cultural e fica sujeito a uma série de regras e restrições. Estas podem proibir reformas não autorizadas, demolições, ou quaisquer intervenções que possam comprometer suas características originais. O tombamento, muitas vezes, exige padrões específicos de manutenção e conservação do bem escolhido.

Registro

É um processo formal de identificação, documentação e reconhecimento oficial de práticas, expressões, saberes e tradições culturais de bens imateriais, que são transmitidos de geração em geração. O objetivo é preservar e valorizar essas manifestações culturais, garantindo que sejam protegidas e transmitidas para as futuras gerações. Instituído pelo **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**, o processo de registro envolve várias etapas, incluindo a pesquisa e documentação detalhada das manifestações culturais; a consulta e participação das comunidades envolvidas; e a análise e avaliação por especialistas. Uma vez registrado, o patrimônio imaterial recebe reconhecimento oficial e pode ser protegido por políticas públicas e programas de salvaguarda⁵.

Razões da Preservação

Preservar o patrimônio faz com que as identidades e a diversidade cultural do país sejam reconhecidas e valorizadas, estimulando uma sociedade com base no respeito às diferentes culturas existentes no Brasil. A preservação é uma responsabilidade fundamental, que envolve múltiplas dimensões. Em termos econômicos, impulsiona o turismo, uma das principais fontes de receita para muitas regiões. Locais históricos, monumentos e paisagens naturais atraem turistas, gerando emprego e estimulando a economia local.

O turismo sustentável, por sua vez, promove o uso responsável dos recursos, assegurando que as futuras gerações possam desfrutar de nossos bens culturais e naturais. Do ponto de vista científico, a preservação desses bens proporciona importantes oportunidades de pesquisa e descobertas. Locais arqueológicos, documentos históricos e espécies endêmicas⁶ oferecem valiosas informações sobre a evolução humana, biodiversidade e as mudanças ambientais ao longo do tempo, aspectos fundamentais para o avanço do conhecimento científico.

Culturalmente, a preservação do patrimônio assegura a continuidade de tradições, costumes e práticas que definem a identidade de uma sociedade. Monumentos históricos, obras de arte e expressões culturais são símbolos de herança coletiva, refletindo a história, as conquistas e os valores de uma nação. Além disso, há uma responsabilidade ética em preservar o patrimônio para as futuras gerações, pois a negligência, ou destruição desses bens, representa perda irreparável para a humanidade.

A preservação é um ato de respeito ao passado e um compromisso com o futuro, garantindo que os legados cultural e natural sejam transmitidos de maneiras íntegra e significativa. Portanto, a preservação do patrimônio é uma ação multifacetada e essencial, que envolve aspectos econômicos, científicos, culturais e éticos, enriquecendo e fortalecendo a sociedade como um todo.

Instituições de Salvaguarda

Responsáveis pela proteção, preservação e promoção dos patrimônios cultural e natural. Atuam em diferentes níveis de hierarquia, desde mundial até municipal, assegurando que os bens culturais sejam valorizados e protegidos. A Unesco é a principal instituição mundial responsável pela salvaguarda dos patrimônios cultural e natural.

No Brasil, o Iphan é a entidade responsável pela preservação do patrimônio cultural em âmbito nacional. Nos estados, existem órgãos como o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), que atua no estado de São Paulo. Nos municípios, as instituições variam de acordo com a localidade.

Em São Paulo/SP, por exemplo, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) é responsável pela proteção do patrimônio cultural no município. Em Ribeirão Preto/SP, o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural e Ambiental de Ribeirão Preto (Conppac) desempenha função similar e promove a preservação e valorização dos bens culturais e ambientais locais.

Memória, identidade e sentimento de pertencimento aos lugares

A memória funciona como um registro que construímos e ajustamos o tempo todo, e pode representar tanto a experiência de uma pessoa quanto de um grupo. Embora não possamos mudar o que aconteceu no passado, podemos revisitar e dar novos significados à história e memória. Isso nos ajuda a ver diferentes perspectivas; a dar mais voz a diversas representações; e a valorizar as variadas identidades.

A identidade é muito importante para os processos educativos e para a preservação do patrimônio, relacionando-se com a ideia que a pessoa tem de si mesma; seu sentimento de pertencimento; e sua afiliação a grupos. O sentimento de pertencimento a um lugar pode ser material (vínculo físico que a pessoa mantém com o lugar); simbólico (significados e sentimentos que um lugar traz para uma pessoa ou grupo); ou funcional (utilidade que um lugar apresenta)⁷.

PATRIMÔNIO CULTURAL:

BREVE CONVERSA COM OS EDUCADORES

Parte-se, assim, da perspectiva que educação não é solução redentora para o patrimônio, mas, antes de tudo, um direito social e uma necessidade. Portanto, ela é condição inerente à preservação uma vez que, a partir dela, pode-se problematizar a memória oficial e o passado, as políticas públicas de preservação e reconectar as pessoas ao patrimônio. (SCIFONI, 2019)⁸.

A citação anuncia o sonho: uma educação patrimonial para as infâncias como direito social, como espaço de escuta e diálogo, como ação de sensibilização e cidadania. Os conceitos teóricos acerca do patrimônio tiveram longo percurso, antes de enveredar pelos debates da atualidade, que levam para caminhos múltiplos, percorrendo territórios que representam a pluralidade e a participação cidadã.

Na década de 1930, surgiu, no Brasil, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), através do **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**, sob a direção de Rodrigo Mello Franco de Andrade, no período que ficou conhecido como fase histórica, na Instituição. Naquele momento, os critérios de seleção do que viria a compor o Patrimônio Histórico brasileiro estava pautado na “característica estética das obras, sua autenticidade e seu caráter excepcional”⁹.

Foram elencados, em sua maioria, edifícios do período colonial, em estilo barroco, e palácios governamentais de fachadas neoclássicas e ecléticos. Luís Saia; Mário de Andrade; e outros nomes de peso para o campo de estudo, encararam tais desafios com

a preocupação de construir uma “ideia de nação ancorada na sua própria experiência – histórica, estética e até mesmo social”¹⁰.

Durante os anos seguintes, houve transformações no campo conceitual sobre o patrimônio no Brasil, desaguando na CF de 1988, que ampliou os conceitos de Patrimônio Histórico e Artístico para Patrimônio Cultural brasileiro. Anteriormente definido, no **Art. 1º do Decreto-Lei nº 25, de 1937**, como

“conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público”¹¹,

revisado pelo **Art. 216 da Constituição Federal de 1988**, que permanece vigente até os dias atuais, definindo o Patrimônio Cultural brasileiro como:

“os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”¹².

A **CF de 1988** prevê, ainda, que o patrimônio cultural brasileiro seja protegido por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação, e outros meios utilizados pelo Iphan para o acautelamento e a preservação dos bens. Até aquele momento, o instrumento de proteção do Iphan era apenas o tombamento, ou seja, a inscrição do bem de interesse em um dos quatro livros do tomo: arqueológico, etnográfico e paisagístico; histórico; belas artes e artes aplicadas (valor artístico somado à função utilitária), cujo objetivo era a salvaguarda desses bens. A partir do **Art. 216**, o Iphan coordenou estudos que resultaram no **Decreto no 3.551, de 4 de agosto de 2000**, instituindo o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e consolidando o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). Desde então, o registro de bens imateriais tem sido realizado pelo Iphan em quatro categorias: saberes; celebrações; formas de expressão cênica, plásticas, musicais ou lúdicas; e lugares.

O século XX, especialmente nas últimas décadas, trouxe um fervor para o campo do Patrimônio Cultural com discussões sobre os conceitos de memória, identidade e lugares. Em nível mundial, foi impulsionado, entre outros fatores, por publicações como as do historiador francês Pierre Nora, e as do sociólogo Michael Pollak e, no âmbito nacional, do historiador brasileiro Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes.

No campo conceitual, foi estabelecido que a memória é construída e preservada em lugares, objetos e práticas que mantêm vivas as lembranças do passado, destacando a importância de compreender a história factual, e também as narrativas e os símbolos que dão significados à identidade cultural de uma sociedade¹³, tornando-a um mecanismo de registro e retenção; depósito de informações, conhecimento e

experiências; pontuando ainda sua reorganização constante por estar sujeita à heterogeneidade da memória individual e coletiva¹⁴¹⁵.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs aprofundou-se ainda mais nos conceitos da memória coletiva, analisando como as lembranças individuais são moldadas e influenciadas pelo contexto cultural e pelas interações com outros membros de um grupo, compondo uma construção compartilhada. Consideramos que “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”, ou seja, não há grupos ou qualquer gênero de atividade que não tenha relação com o lugar.

Podemos acrescentar aqui duas preocupações, pontuadas por Michel Pollak, em relação à “seleção da memória”: nem tudo fica registrado em nossas lembranças e a memória é um fenômeno construído. O autor a relaciona diretamente, portanto, com o sentimento de identidade, destacando que ambos os valores atuam em disputa gerando conflitos sociais e intergrupais¹⁶.

O alargamento do campo patrimonial abriu novas discussões centradas na questão do valor, do pertencimento, da cidade, do constante questionamento: patrimônio para quem? Lideranças governamentais assumiram a árdua tarefa da representatividade. Grupos da sociedade civil tem se articulado cada vez mais, posicionando-se no debate. Grupos acadêmicos tem se aprofundado nas questões patrimoniais, não mais como técnicos, mas interlocutores entre teoria, política pública, cidade e sociedade.

Recentemente, emergiram diversos debates, principalmente por parte de historiadores, sociólogos e antropólogos, em relação aos monumentos que remetem às narrativas eurocêntricas da colonização, do bandeirismo e do triunfo da República. Todos podem

ser categorizados entre aqueles que defendem a manutenção dos monumentos (geralmente especialistas do patrimônio ainda muito centrados na materialidade cultural); por aqueles que seguem a iconoclastia (defendendo a remoção dos monumentos conforme uma postura decolonizadora); ou, ainda, um último grupo, que defende uma postura interativa (prevendo a manutenção do monumento, mas com intervenção que possibilite a ressignificação do espaço).

Simoni Scifoni, ao debater questões atuais sobre a educação patrimonial no Brasil, menciona o episódio do grupo Revolução Periférica¹⁷, que colocou fogo na estátua do Borba Gato, apontando de que maneira esse e outros símbolos do bandeirantismo “são evidências da naturalização da violência contida nesse processo formado da nação”¹⁸, indicando a necessidade de descolonizar o patrimônio nacional.

Essa breve narrativa sobre os conceitos do patrimônio cultural não tem o objetivo de esgotar a potencialidade e profundidade das discussões desse campo, no Brasil e no mundo. O intuito, aqui, é problematizá-las, deixando claros seus desdobramentos recentes, formando um pano de fundo para a compreensão do momento paradigmático em que se encontra o Patrimônio Cultural brasileiro. E os motivos da urgência na formação de uma sociedade civil atuante, capaz de participar na constituição e zeladoria do nosso patrimônio cultural.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CONCEITOS E METODOLOGIAS

A proposta deste livro nasceu da costura de posicionamentos, conceitos teóricos e metodologias diversas, em que cada segmento forneceu elementos para pensar – e repensar – a educação patrimonial, a infância, o ensino e o papel de arquitetos e urbanistas na consolidação do sentimento de pertença das cidades por meio da população que nela vive. Por trás de histórias, brincadeiras e atividades, um amplo andaime conceitual foi construído para estruturar esta publicação, e apresentamos aqui sinteticamente algumas referências que fizeram parte dessa amarração.

Iphan

Em síntese, a educação patrimonial no Brasil tem suas raízes na criação do Iphan, em 1937, instituto que, desde o início, reconheceu a importância das ações educativas para a proteção e preservação do patrimônio cultural – Mário de Andrade, em 1936, já destacava o caráter pedagógico dos museus e a necessidade de um serviço dedicado à defesa do patrimônio artístico nacional. Nos anos 1970, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), por Aloísio Magalhães, ampliou a discussão sobre preservação, destacando a diversidade regional e a identidade cultural.

O Projeto Interação, iniciado em 1981, buscou integrar a educação básica aos contextos culturais locais, promovendo a participação comunitária e a valorização das referências culturais. Com isso, a expressão “Educação Patrimonial” foi introduzida no Brasil,

em 1983, inspirada no modelo de heritage education da Inglaterra. E, em 1996, o “Guia básico de educação patrimonial” consolidou os fundamentos conceituais e práticos das ações educativas do Iphan¹⁹.

A partir de 2004, com a criação de uma unidade administrativa específica no Iphan estruturou-se e consolidou-se a área de Educação Patrimonial, para promover eventos e parcerias destinados a discutir diretrizes e estimular a criação de redes de intercâmbio de experiências. A Educação Patrimonial no Brasil evoluiu para incluir uma abordagem mais ampla e integrada, reconhecendo a importância da participação comunitária, a intersetorialidade das políticas públicas, e a valorização da diversidade cultural.

Em 2014, o Iphan definiu a Educação Patrimonial como um processo permanente e sistemático que utiliza o Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimentos individual e coletivo. Naquele momento, a metodologia abordada envolvia etapas progressivas de observação, registro, exploração e apropriação de objetos e fenômenos culturais – aplicando-se a qualquer evidência material ou manifestação cultural, como objetos, monumentos, sítios históricos, paisagens naturais, manifestações populares, processos de produção industrial ou artesanal, e saberes populares²⁰.

Em outra publicação mais recente, o Iphan definiu Educação Patrimonial como um “processo intencional que visa a construção e apropriação de saberes a respeito de objetos e manifestações que são considerados essenciais para a sobrevivência, a identidade, a história e a memória de um indivíduo ou grupo” acrescentando, ainda, que os bens culturais devem remeter a um sentimento de pertencimento, como uma apropriação da cultura que é representativa para a coletividade²¹.

Em 2016, a **Portaria no 137**, de 28 de abril, estabeleceu a Educação Patrimonial como composta de processos educativos, formais e informais, conduzidos de maneiras coletiva e dialogada, com o propósito de reconhecer o patrimônio cultural como um recurso essencial à sua valorização, preservação e ao reconhecimento.

Segundo o Iphan, essas iniciativas demandam um diálogo constante entre os agentes sociais e a participação ativa das comunidades.

Suas principais diretrizes incluem integrar o patrimônio ao cotidiano; incentivar a participação social; valorizar o território como espaço de aprendizado; fortalecer vínculos afetivos com os bens culturais; abordar os desafios sociais na preservação; promover políticas públicas intersetoriais; e relacionar o patrimônio à sustentabilidade, de formas interdisciplinar e transversal. A legislação também faz referência a documentos e instrumentos estratégicos, como as Casas do Patrimônio, que visam à implementação da política de Educação Patrimonial.

Assim como o conceito de Patrimônio Cultural, a Educação Patrimonial passou por alargamentos teórico e inclusivo nas últimas décadas. Essas mudanças tiveram reconhecida importância para a reflexão sobre os objetivos desta proposta, orientada pela sensibilização – ou seja, partindo do aluno, para o conhecimento e reconhecimento do patrimônio local. Por esse motivo, não será apresentada nenhuma listagem, guia, ou referência de patrimônios reconhecidos pelos órgãos de preservação (nacional, estadual ou municipal). A ideia é que a percepção dos espaços e lugares abra o campo de discussão em cada localidade específica.

Unesco

Os materiais digitais disponibilizados pela Unesco, em especial pelo *resource kit for Teachers, based on the Lessons Learnt Pilot Project*²², tornaram possível o estudo da metodologia chamada *Teaching and Learning with Living Heritage*, que tem como princípio norteador o ensino que valoriza a riqueza de conhecimentos, as habilidades que são compartilhadas e o significado que carrega para os envolvidos, incluindo o patrimônio, nas disciplinas escolares, de maneira integrada. As atividades apoiam-se nas *Living Heritage, ou Intangible Cultural Heritage*, que são as sabedorias, práticas e expressões passadas de geração em geração, ou seja, relacionadas ao patrimônio imaterial.

A metodologia, aplicada de maneira pioneira, no ano de 2019, em países europeus, mostrou-se muito valiosa, e sua justificativa vai ao encontro do que abordamos nas primeiras páginas desta publicação, especialmente por colocar as infâncias como protagonistas da cultura, com o afloramento do sentimento de pertencimento por meio do aprendizado com o patrimônio e não sobre o patrimônio.

A Unesco pontua dois principais benefícios do ensino *Living Heritage*: a contribuição para a salvaguarda do patrimônio, pois ajuda a garantir a prática dos costumes para as gerações seguintes; e a promoção de um ensino de alta qualidade que seja relevante para os alunos, assegurando a diversidade cultural para a sustentabilidade, cidadania e paz²³.

Ao longo da execução do piloto, professores e alunos relataram, ainda, outros benefícios, como conectar a teoria aos conhecimentos da vida real; estimular a interdisci-

plinariade e cooperação entre os professores; cultivar o respeito e a apreciação pela diversidade (criando espaços participativos que ajudem os estudantes a explorar sua identidade); fortalecer o vínculo entre as gerações; e explorar soluções locais para problemas globais.

Outra ferramenta prática, apresentada no material digital da Unesco, é o passo a passo para a integração do patrimônio imaterial no currículo escolar²⁴. As etapas incluem: compreender o seu contexto; selecionar os elementos do patrimônio imaterial; aprender mais sobre os elementos selecionados (recomenda-se engajar os alunos em uma pesquisa participativa com as famílias e comunidades); elaborar atividades que envolvam esses elementos (que podem ser lições dentro da grade curricular, projetos, atividades extracurriculares, ou eventos especiais); documentar e dividir a experiência; e, por fim, avaliar os resultados.

Os países europeus que participaram do piloto, e têm registrado a experiência no website da organização, são: Áustria; Bélgica; Chipre; República Tcheca; Estônia; Lituânia; Holanda; Polônia; e Espanha. Na Grécia, por exemplo, foi estudado o Rebetiko nas aulas de literatura; inglês (como língua estrangeira); educação física; e informática. Os professores usaram o Rebetiko²⁵ para discutir estereótipos de gênero; melhorar o vocabulário e as habilidades de comunicação dos alunos em uma língua estrangeira. Os alunos, com idades entre 15 e 17 anos, aprimoraram suas habilidades em informática, desenvolvendo um aplicativo móvel para aumentar a conscientização sobre essa herança do patrimônio imaterial.

Na Lituânia, os educadores estudaram, de forma interdisciplinar, com alunos de 14 a 16 anos, os biscoitos de Natal Kūčiukai²⁶. Nas aulas de línguas (alemão, inglês, russo, e

lituano), usaram a receita para ensinar novo vocabulário e melhorar as habilidades oral e escrita de comunicação dos alunos. Na aula de tecnologia, os alunos seguiram a receita para assar seus próprios Kūčiukai. Em matemática, calcularam o custo de produção dos biscoitos, aplicando os conceitos numéricos a questões cotidianas.

Na Áustria, os educadores estudaram, em várias disciplinas, o tradicional desfile Glöcklerlauf²⁷ com crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos. A equipe desenvolveu um programa interdisciplinar que incluiu: aulas de Alemão (5o ano), destinadas à melhoria das habilidades de leitura e compreensão de textos sobre os costumes relacionados à Glöcklerlauf; aulas de Física (6o ano), para estudar as ondas sonoras a partir dos sinos do desfile, medindo as propriedades físicas do som; aulas de Arte (7o ano), voltadas a criar, transferir e cortar padrões para a confecção de chapéus; aulas de Informática (8o ano), destinadas a digitalizar esses padrões a partir de programas de desenho e ornamentos bidimensionais; e por meio de projeto extracurricular (5o ao 8o ano); realizar pesquisas e coletas de informações sobre a Glöcklerlauf, incluindo entrevistas com praticantes e visitas a oficinas de artesanato. Além disso, envolveram a comunidade local e os artesãos de Glöcklerkappe, mantenedores da tradição, para compartilhar informações valiosas e materiais pedagógicos.

Esses, e outros exemplos citados, podem ser consultados no website da Unesco²⁸, que disponibiliza rico material sobre a experiência piloto. As práticas relatadas foram fundamentais para refletir sobre as possibilidades de inserção do tema pertinente ao Patrimônio Cultural no currículo básico de ensino, com abordagem interdisciplinar, que conecta as áreas do conhecimento, para o estudo sistemático das referências características de cada comunidade.

Contribuições Acadêmicas e Institucionais

Além da contribuição da professora Simone Scifoni (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP), citada anteriormente, outros estudos realizados pelas universidades sobre a Educação Patrimonial têm reforçado os conceitos e as práticas do assunto no Brasil. Destaca-se o livro Diálogos entre Arquitetura, Cidade e Infância: Territórios Educativos em Ação²⁹, organizado pela professora Giselle Arteiro Nielsen Azevedo (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - FAU/UFRJ).

A professora explica que a ideia da publicação surgiu do desdobramento natural das atividades do Grupo Ambiente-Educação (GAE), destacando a importância de entender o “lugar da infância” na escola, no espaço público e na cidade, promovendo a interação com outros campos disciplinares. E defende, ainda, a construção coletiva de uma rede dinâmica de pesquisa, para dar visibilidade e protagonismo às crianças, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e cartografadas.

Na publicação organizada por Azevedo³⁰, pesquisadores de diversos estados brasileiros relatam experiências práticas em que se destaca o protagonismo das crianças voltado à cidade. Por exemplo, no bairro de Tubiacanga (Rio de Janeiro/RJ), formularam propostas de intervenção urbana, incluindo a criação de um parque; na cidade de Pitangueiras (SP), através da percepção dos alunos e professores sobre o espaço escolar e seu entorno, foram utilizados recursos como Mapa Cognitivo; Percurso Imagético; Mapeamento Afetivo; e Implant(ação); em Erechim (RS), os pesquisadores organizaram atividades lúdicas com crianças e adolescentes em escolas públicas e privadas, utili-

zando instrumentos como Percurso Imagético; Baguncidade; Dominó do Tempo; Prédios Falantes; e Urbamexendo; em Chapecó (SC), identificaram territórios educativos, utilizando recursos como Walkthrough; Poema dos Desejos; Seleção Visual; Matriz de Descobertas; e Conselho das Crianças; entre outras experiências³¹.

Outra referência acadêmica para a educação patrimonial é A Menina do Lugar³², um projeto de extensão do Instituto Federal de Alagoas que busca valorizar o patrimônio cultural de cidades do estado por meio da perspectiva de crianças locais. A iniciativa resultou na criação de livros infantis lúdicos, que destacam a história, o artesanato, a culinária e os pontos turísticos dessas regiões. O projeto começa com um período de escuta das crianças, que compartilham suas percepções sobre o lugar onde vivem. Essas narrativas são transformadas em textos e ilustrações, culminando na distribuição dos livros em escolas municipais e estaduais. Além da entrega dos materiais, são promovidas sessões de contação de histórias e atividades educativas para reforçar o senso de pertencimento e identidade cultural.

A equipe é composta por professoras coordenadoras, estudantes voluntárias e bolsistas da graduação. O impacto do projeto é significativo, fortalecendo a conexão das crianças com sua cultura e história. Como reconhecimento, A Menina do Lugar foi um dos três projetos de Alagoas premiados no Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, promovido pelo IPHAN.

O coletivo CasaCadabra³³, fundado pelas arquitetas e urbanistas Bianca Antunes e Simone Sayegh, promove cursos, oficinas e palestras, com o objetivo de ensinar a arquitetura e o urbanismo para crianças. E, por também promover o protagonismo, foi utilizado como referência para nossa proposta. Além de atividades, como jogos e brincadeiras

lúdicas sobre a cidade, as arquitetas publicaram três livros infantis pela Pistache Editorial. Um deles é o Casacadabra: Cidades para Brincar, que apresenta as cidades como espaços lúdicos, incentivando os pequenos leitores a verem de forma viva e aberta as brincadeiras, ao mesmo tempo em que entendem o papel do urbanismo, descobrindo pequenos mistérios que existem nas cidades por onde passam e moram.

As iniciativas mencionadas serviram de referências para a nossa proposta, tanto no uso da literatura e contação de história para a sensibilização das infâncias como nas propostas de atividades a serem realizadas em paralelo com as histórias. Nosso principal interesse é sensibilizar as infâncias, no que diz respeito à arquitetura e ao urbanismo.

Iniciativas Municipais

Dentre as iniciativas municipais pesquisadas, destaca-se o Projeto Educação Patrimonial em Londrina (PR)³⁴, que estabeleceu um conjunto de ações desenvolvidas pela Secretaria de Cultura da cidade e uma equipe multidisciplinar de profissionais. O projeto, que vem sendo realizado desde 2005, resultou, até o momento, em dez publicações de livros teóricos, voltados a profissionais das áreas de educação e cultura, e, ainda, em oito livros infantis sobre história, patrimônio, cidade e memórias. Esse é mais um exemplo de como utilizar a literatura para aproximar crianças de temas tão complexos e cheios de significados.

A CASA

EDUCAÇÃO INFANTIL

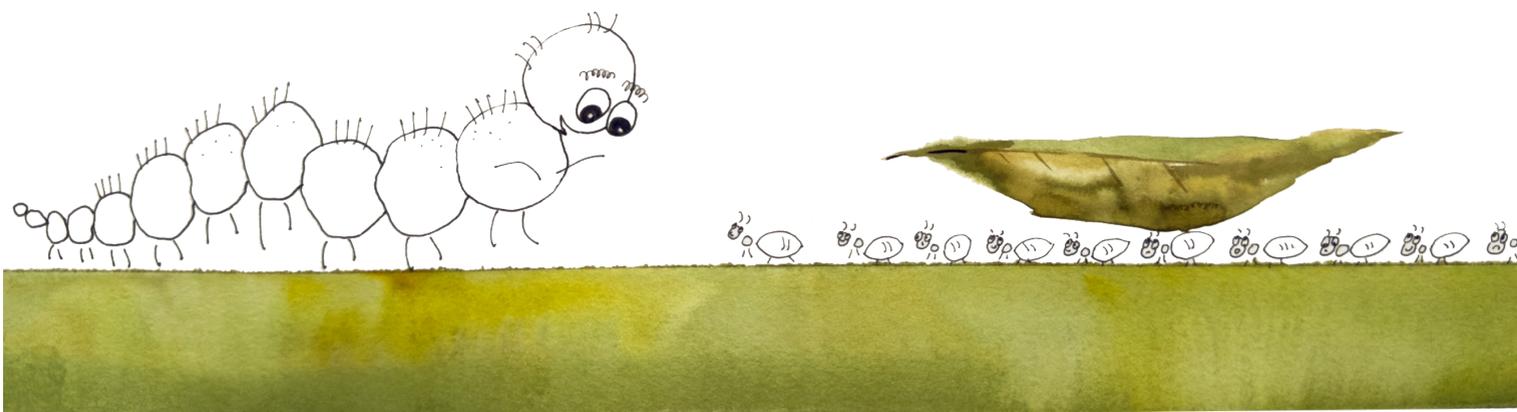
Contação de História

A casa mágica que fabricava memórias



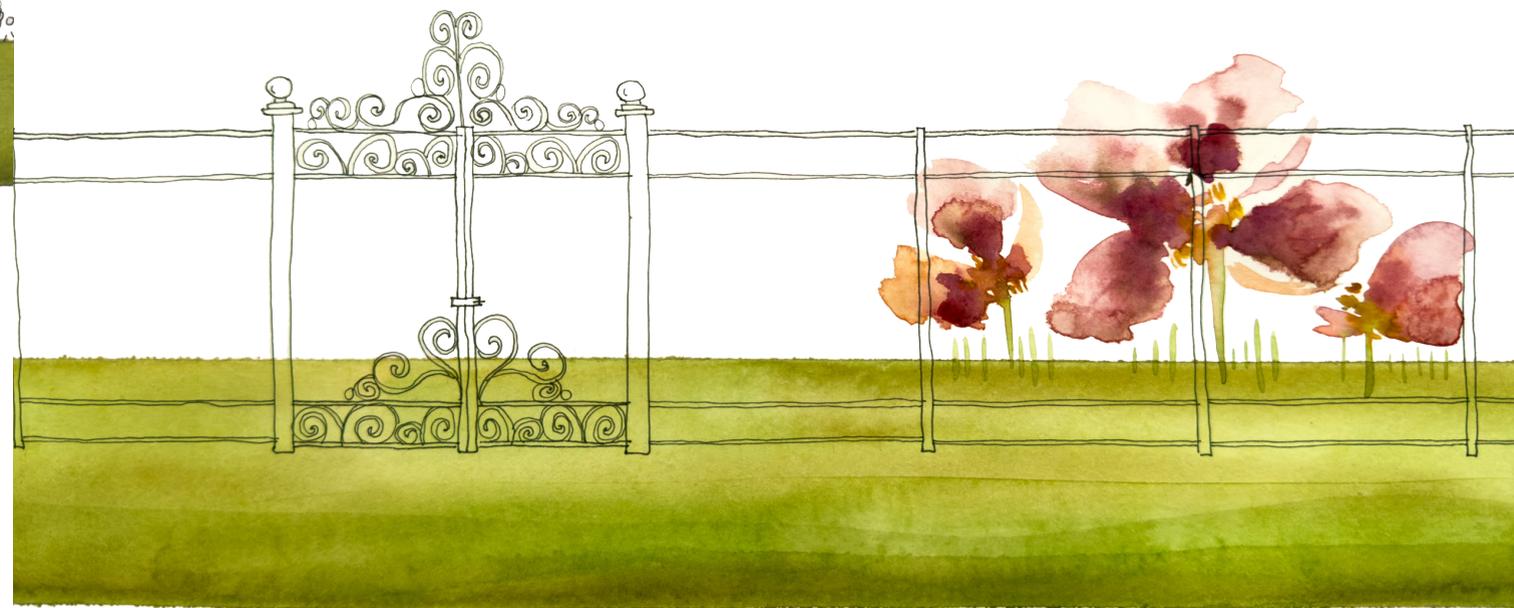
O jardim da minha casa guarda minhas primeiras memórias. Desde que aprendi a andar, eu gosto de fazer buraco na terra com colherzinha de metal; procurar minhoca; ver as formigas andarem em trilha; e sentir o cheiro do canteiro de capim-cidreira.

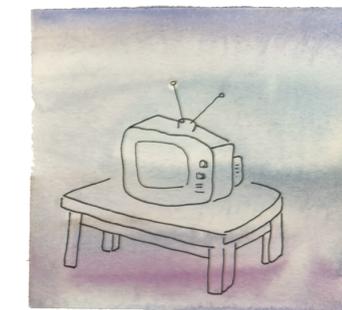
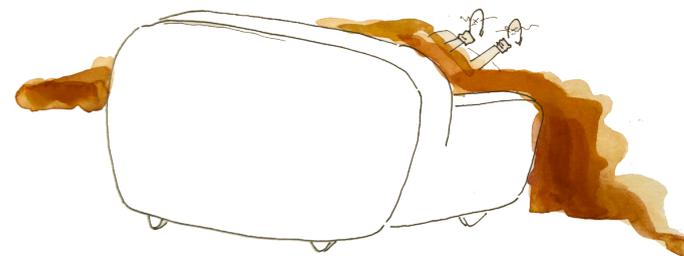
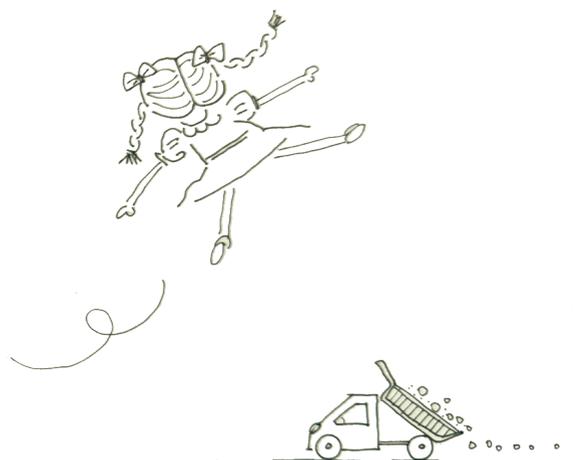
Só olha bem por onde pisa, porque, às vezes, pode aparecer uma taturana peluda, daquelas que queimam o dedo. Embaixo das janelas da minha casa, que é branca e fica em uma esquina, estão os canteiros com flores, ervas e alguns temperos e,



em frente a eles, o gramado, que acaba no portão de grade preta. Se ficar por aqui, no final da tarde, vai ver passar o carteiro e o vizinho sair com o cachorro para passear.

Vamos entrar na minha casa. Não precisa pedir licença. Pode entrar e ficar à vontade. Só pise devagarinho, porque minha mãe não gosta de visitas, e se escutar algum barulho, virá perguntar o que está acontecendo. Se ver que tem visita, hiii! vai logo correr para procurar na despensa o que tem de lanche para servir, pegar água do filtro de barro e descer uma caixa de brinquedos. Vai virar a maior confusão!





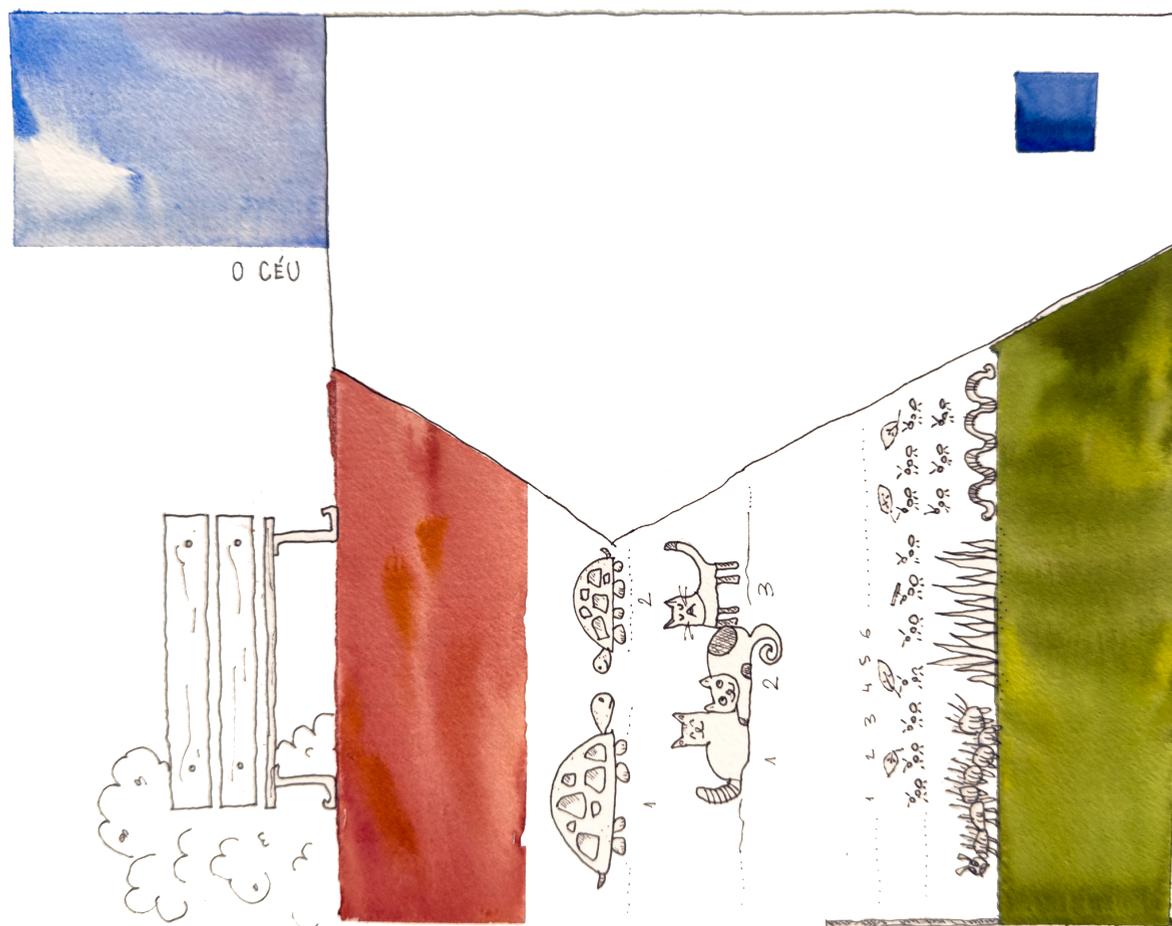
O chão do alpendre de pedra é bem gelado, e, passando pela porta de madeira, no canto, fica o escritório, onde eu entrei poucas vezes. Meu pai diz que o escritório não é lugar de criança, e eu fico pensando: o que seria um “lugar de criança”? Uma sala de circo com sofá de algodão-doce? Ou uma piscina de gelatina, com boias de cachorro-quente? Talvez um parquinho de areia, cheio de amigos, onde o dia nunca acaba?

Vamos em frente. Agora entramos na sala de TV, lugar em que fico deitada no sofá de couro preto nos dias de inverno, coberta com uma mantinha felpuda laranja, assistindo desenho.

Da sala, vamos para a cozinha. O melhor da cozinha é o cheiro de comida, do frango assado e do bolo de cenoura com calda de chocolate. Quer saber um sonho? Crescer para alcançar o freezer e pegar sozinha meu picolé de groselha.

Do lado da cozinha, tem a lavanderia e um corredorzinho que leva para o quintal. O corredor estreito tem paredes de azulejos, perfeitos para eu grudar um pé de cada lado e subir igual uma aranha até quase o topo, mas só faço isso quando não tem ninguém olhando.

Ah, outro truque que eu aprendi, é subir no tanque e olhar pela janela da lavanderia, para ver quem está chegando, quando o portão da garagem abre.



Saindo pela porta desse corredor, chegamos no quintal, onde moram meus bichinhos de estimação – duas tartarugas (Lala e Lili) e três gatinhos (Bolinha, Pirulito e Pedro). Conseguimos rodear a casa, chegando de volta na sala. Mas, antes, vou mostrar o melhor lugar para se esconder no pique-esconde. É aqui, ó, embaixo do banco de madeira. Ninguém nunca procura por aqui. O quintal também é meu lugar de balançar na rede e andar de bicicleta, mas parece que ele está encolhendo, porque minhas voltas estão cada vez menores. Dizem que eu estou crescendo, mas ainda penso que esse quintal tem poderes mágicos.

Passando de volta pela sala, entramos no corredor onde ficam os quartos. O primeiro é do meu irmão mais velho. Zona proibida! Às vezes, eu entro e saio abrindo todas as gavetas de uma vez, só para causar encrenca.



Do lado, fica o banheiro, todo branco, com armários de madeira e puxadores de porcelana com desenhos em azul-escuro. Minha vó diz que são antigos e que quebram fácil, por isso eu nem me interesseo por abrir, afinal de contas, o que poderia ter de interessante por lá? Shampoo e sabonetes?

O corredor é comprido e, quando estou com meus primos, dá para jogar bolinha de gude nele, ou rolar uns carrinhos de uma ponta até a outra. No final do corredor, meu quarto fica de um lado e o quarto da minha mãe e do meu pai de outro. O da mamãe tem ar-condicionado (por isso, dormimos todos aqui quando está muito calor), e tem também uma banheira no banheiro, mas eu gosto mesmo é do meu quarto. Aqui tem brinquedo, livrinho, ursinho de pelúcia e eu posso desenhar na mesinha, fazer cabana de lençol e forte de travesseiros. A cama e os armários são rosa, e combinam com uma mini cadeira de balanço, onde eu gosto de me sentar enquanto converso com minhas bonecas.

Bom, essa é minha casa. E sabe por que estou te apresentando ela? Porque estou de mudança. Perguntei para minha mãe se não dava para levar a casa dentro das caixas, e ela riu.

Disse que tinha mais uns dias, que poderia andar pelos cômodos, lembrando-me de todas as memórias que vivemos aqui. Falou que podia ser até uma gincana: a caminhada das lembranças e histórias da casa branca de esquina. Eu já andei umas dez vezes e toda vez lembro-me de alguma coisa nova... eu contei que tinha um coelho que fez um buraco na terra do quintal e fugiu pelo jardim?



Essa história é ótima, mas não tenho mais tempo de contar, agora preciso separar minhas roupas que ficaram pequenas e ajudar a colocar meus brinquedos nas caixas.

Puxa, estava tão contente com a gincana das lembranças, mas agora estou sentindo um frio na barriga. Talvez seja medo. Estou preocupada com as minhas memórias. Será que vou sentir saudades da minha casa? Vou falar com a minha mãe...

- Mãe, estou pronta. Coloquei todos os brinquedos nas caixas. Só não sei o que fazer com as lembranças que estou levando. Será que vão caber na casa nova?

- As memórias não vão ocupar espaço na casa nova, fique tranquila, querida.

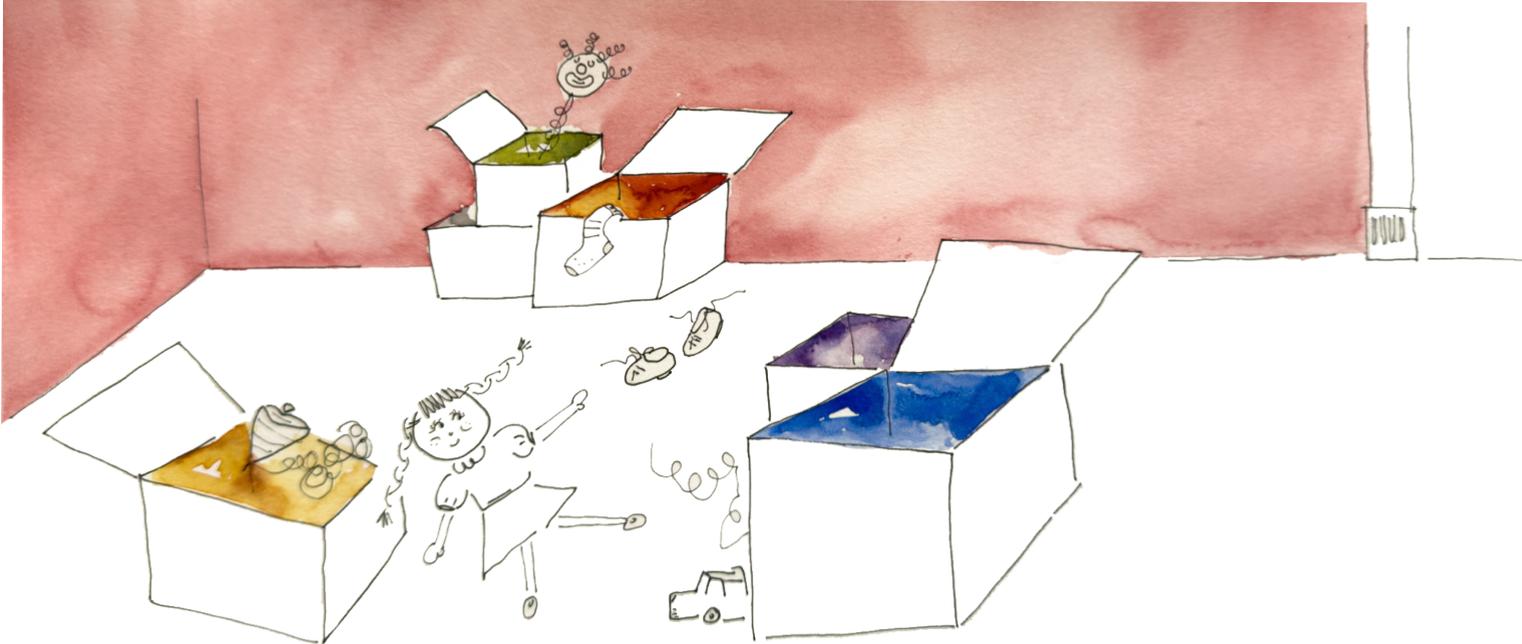
- Como não? Você prometeu que iriam comigo.

- Isso mesmo, elas vão com você, no seu coração, por toda a sua vida.

- E como a casa nova é?

- Assim como todas as casas são, a casa nova é mágica.

- Como assim?



- **Quando você chegar lá, a casa vai parecer só um amontoado de tijolos, com janelas de madeira pintadas de azul, mas, em pouco tempo, ela vai começar a fabricar novas memórias para serem guardadas em seu coração. Está pronta?**
- **Vou dar um abraço na árvore do jardim; cochichar na porta de madeira um último segredo; e desejar que ela continue sendo mágica e fabricando tantas memórias especiais para o novo morador; e estou pronta.**
- **Que venha nossa nova casa, e que ela se transforme em um lar, cheio de amor e memórias.**

Material Educativo: Atividades

Pensando no processo de tornar as crianças, na primeira infância, mais conscientes sobre os espaços ocupados, a partir da história contada, propomos algumas atividades com a temática da casa – este lugar que, em nossos primeiros anos, significa tanto em nosso mundo. As atividades podem ser realizadas no ambiente escolar, durante as aulas, ou de forma integrada entre professores de diferentes áreas, com a possibilidade de envolver as famílias dos alunos, caso haja interesse. Ressaltamos que essas propostas foram desenvolvidas com base na organização do Ensino Infantil⁹⁵, considerando que as interações e brincadeiras são fundamentais para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, assegurando seus direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Ao final deste capítulo, sugerimos outros livros infantis relacionados à temática, que podem enriquecer a proposta apresentada.

Lembre-se da importância de desnaturalizar a visão adulta e corriqueira desses espaços: a criança tem outra escala de percepção dos tamanhos – e dos significados – e outras experiências sensoriais dos lugares que ocupa. Para além do espaço físico, a casa tem o significado da morada, do lar. Ao longo das atividades, devem ser levadas em consideração questões como a diversidade familiar, e dinâmicas diversas, como os diferentes tipos de moradia (de acordo com a condição socioeconômica do aluno) e a relação dessas famílias com os espaços habitados.

Com a minha mãozinha, eu sinto minha casa

Colagem de papel com texturas diferentes, sobre o lugar preferido da casa de cada aluno. Podem ser usados materiais recicláveis, como caixas de papelão recortadas e pintadas; tampas de garrafa; palitos de sorvete; e embalagens diversas, que tenham texturas. Outra possível opção, é incluir, nessa experiência, elementos naturais, como folhas e flores, ou, ainda, alimentos secos, como milho, feijão e arroz.



Minha casa, de que tamanho?

Montagem de um cômodo (ou mais) em tamanho real, no chão, com o uso de fita-crepe. As crianças podem usar os passos e o próprio corpo para medir. É possível usar giz de lousa para completar a brincadeira, desenhando no chão móveis e objetos desse(s) cômodo(s).

A casa muda com o tempo e o lugar

Construção de uma linha do tempo com imagens dos diferentes tipos de casas que abrigaram o homem ao longo da história (cavernas, palafitas, iglus, ocas, casas de tijolo). Conversa sobre os lugares em que esses modelos surgiram, a importância do material utilizado em cada construção, pensando, ainda, nos lugares em que elas foram construídas e como foram mudando ao longo do tempo.

Na minha casa falada cabe rima

Composição de um pequeno poema, ou rima, sobre suas casas, com o auxílio do professor. Cada aluno pode ilustrar seu poema, formando um livrinho coletivo da turma, com todas as produções. Pode fazer parte da atividade pensar além da casa, nas famílias, dinâmicas entre os moradores daquela casa, e em como elas ocupam esse espaço.

Tem formas geométricas na minha casa

Colagem com recortes geométricos de papéis coloridos, formando ambientes da casa, ou até mesmo a fachada. A observação de linhas retas e linhas curvas, na casa de cada aluno, pode fazer parte da atividade, auxiliando a perceber a composição dos espaços. Aqui, os números também podem ser explorados, incentivando a criança a numerar as peças, pareando o número com a cor, ou com a forma.



Todos os seres vivos têm casa

Desenho da casa de diversos tipos de animais, explorando os diferentes seres vivos que habitam uma casa, como pessoas, animais de estimação, pequenos insetos, etc.

Era uma casa muito engraçada

Roda explorando as músicas populares e/ou cantigas sobre a casa e remontem à primeira infância.

Minha casa em movimento

Jogo de imitação e movimento, em que o professor(a) diz: “Essa casa está...”, e completa com uma ação, por exemplo: “balançando no vento!” (as crianças devem balançar de um lado para o outro); “cheia de formigas!” (devem se mexer rapidamente, como se estivessem se coçando); “muito gelada!” (abraçam o próprio corpo e tremem); “pegando fogo!” (correm devagar, como se procurassem água para apagar).

A RUA

ENSINO FUNDAMENTAL I

Contação de História A rua banguela



Eu amo a rua da minha casa! Aqui tem padaria, mercadinho, loja, veterinário, escola, vizinhos – muitos vizinhos – e, na última quadra da rua, tem a casa da minha avó.

Nos domingos, acontece a feira na rua da minha casa. Nos dias de semana, passa o carro do ovo, ou da pamonha. Em dia de aniversário, tem festa na calçada e, no carnaval, tem desfile, com direito a disputa pela fantasia mais criativa.

Na frente da escola, tem uma amarelinha no chão, e, na parede, tem pinturas que os alunos maiores fazem quando estão acabando o último ano.

Ultimamente, tem acontecido uma coisa muito estranha. Algumas casas estão sumindo e a rua está ficando banguela. Olha esse buraco aqui, era a casa do seu Chico.



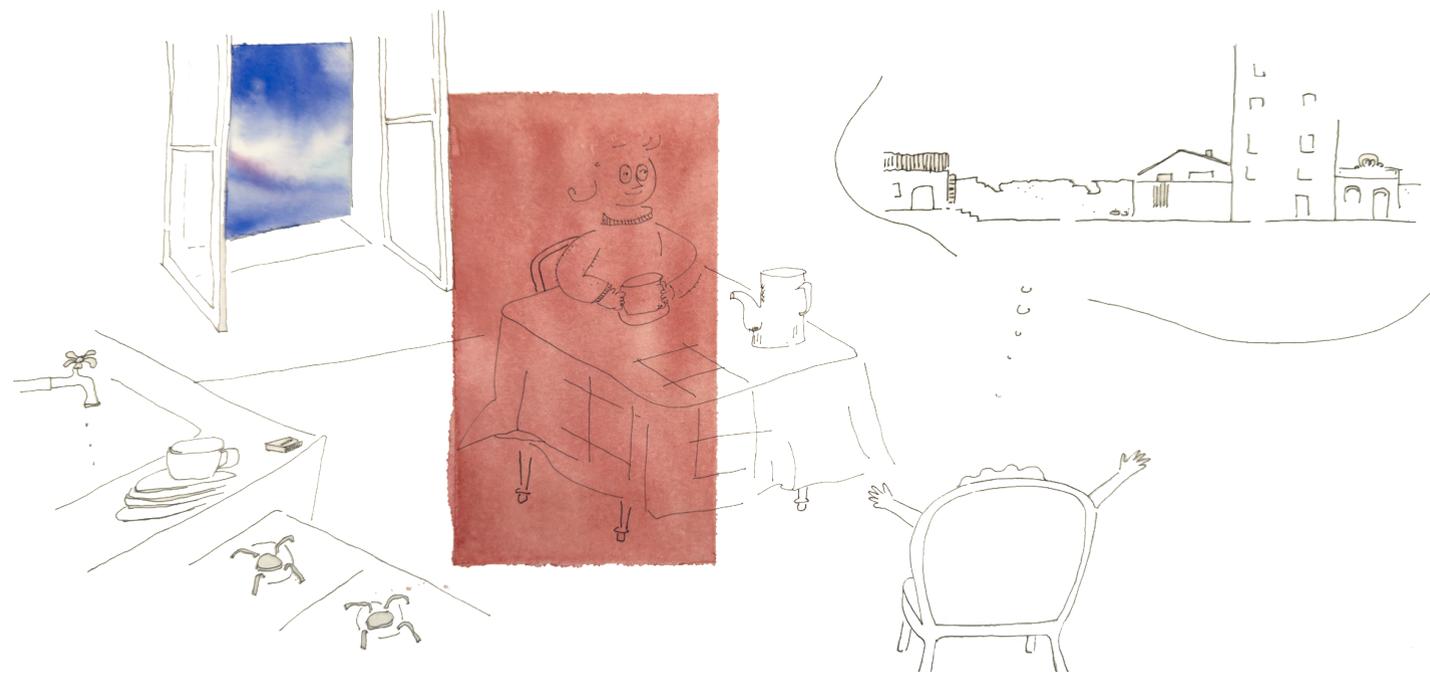
Mesmo sendo um cara engraçado, ele tinha um cachorro mal-humorado, que latia toda vez que a gente passava na rua. E, agora, tem o quê? Só um muro feio, e cinza.

Aquele buraco ali, era a casa da dona Francisca e do marido. Ela fazia bolo decorado e salgadinho para a festa dos aniversariantes. O de chocolate com morango era o meu favorito, que eu escolhia todo ano. Pelo menos, eles se despediram antes de partir. Mas e a casa? Nem um tchau. Um dia estava lá e, no outro, só uma pilha de tijolos, sendo levada embora.

O último buraco é gigante. Apareceu quando se foi a casa e a padaria do Joca, mais outra casa, que era meio abandonada – tudo isso no mesmo dia. A padaria deixava um cheirinho bom de pão no final da tarde e foi lá que experimentei meu primeiro pedaço de pão, quando era bebê – e meu primeiro pirulito também. Uma pena não estarem mais lá.



- Oi, vó, cheguei!
- Olá! Bem na hora do lanche.
- Vó, por que os prédios da rua estão sumindo?
- Como assim, sumindo?
- Todo dia, quando eu saio da escola e venho para sua casa, percebo um buraco novo na rua. Primeiro, foi a casa do seu Chico, depois, da dona Francisca, e, agora, um buraco gigante, onde eram a casa e a padaria do Joca. Para onde eles foram?
- Bom, o seu Chico virou uma estrelinha. A dona Francisca e o marido estavam muito de idade e foram morar com os filhos em outro lugar. E o Joca se aposentou, resolveu fechar a padaria e se mudar para uma casa menor, na rua de trás.



– Vó, eu sei para onde foram as pessoas, mas, e as casas?
– As casas foram demolidas, ou, como dizia minha mãe, desmanchadas.

– E agora? Como é que a rua vai ficar com esses buracos, parecendo uma boca banguela?

– Disseram que esses terrenos vão virar prédios. Os dois terrenos menores vão ser predinhos, e o que você chamou de “buraco gigante” vai ser um prédio alto com mais de dez andares.

– Mais de dez andares? E quem vai morar nele?

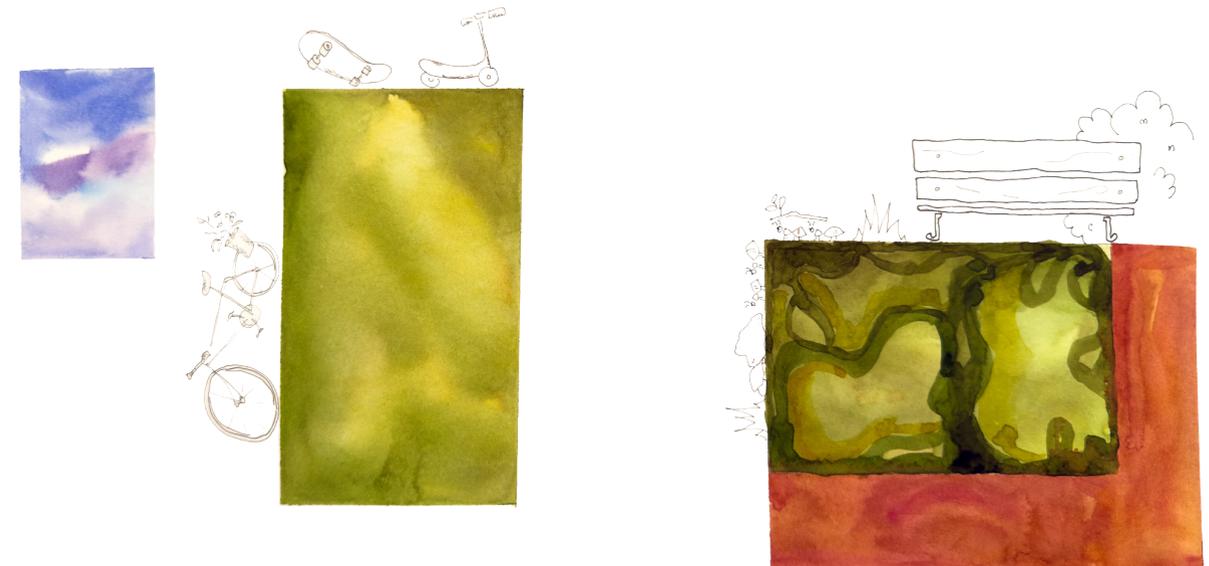
Minha avó deu risada, e respondeu, levantando-se da mesa:

– As coisas mudam, minha menina.

Fiquei pensativa. Está tudo bem as coisas mudarem, mas precisa mudar lá na minha rua? Eu já disse que eu amo a minha rua? Ou melhor... será que amava? Porque ela não é mais a mesma...

Com o tempo, os buracos da minha rua, além de cinzas, se tornaram feios, com lixo e cheiro ruim. Aos poucos, fui ficando triste, querendo que minha rua voltasse a ser a mesma. As palavras da vovó ficaram ecoando na minha cabeça: as coisas mudam.

E se mudassem de outra forma? Peguei meu bloco de papel e comecei a escrever uma carta. Mas, quem será que poderia me ajudar? A fada do dente? Acho que ela só aparece para crianças banguelas; para ruas banguelas, não sei se vai funcionar.



Já sei! Em vez de escrever uma carta, vou desenhar como aquela rua poderia mudar, só que de outra maneira. Com mais espaço para as crianças brincarem, andarem de bicicletas e de patinete. Com mais árvores para fazer sombra e mais bancos para os mais velhos jogarem conversa fora – ou jogarem cartas, mesmo.

Desenhei duas praças e um parquinho nos buracos da minha rua, fechei a carta e levei para vovó. Ela sabia quem poderia me ajudar.

– Vó, tenho uma carta para você. Ou melhor, para você entregar para a fada do dente das ruas banguelas, ou sei lá qual outro ser mágico que tenha poderes de mudar nossa rua, só que de outra maneira, de uma forma que atenda a todos que moram nela.

Minha vó viu o desenho e me deu um abraço. Eu posso jurar que limpou uma lágrima, mas ela disse que era um cisco que tinha vindo do quintal.

– Minha querida, você sabe que toda mudança leva tempo, não é mesmo? Vamos aguardar, quem sabe, em algum tempo, você tenha uma surpresa.

Os dias passaram, os meses passaram, chegaram as férias da escola e nada aconteceu nos buracos da minha rua. Eu arrumei minha mala e fui passar algumas semanas na casa dos meus tios na praia. Quando eu voltei, um choque. No lugar dos buracos da minha rua, agora tínhamos árvores, bancos e tanques de areia. Fui andando um por um, quase sem acreditar no que estava vendo. Achei que pudesse estar sonhando, mas quando pisei no “grande buraco”, pude ler uma placa em que estava escrito ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO.



Chegando mais perto, vi minha avó com todas as amigas, e em vez de estarem jogando conversa fora – ou em uma rodada de jogos de cartas – estavam com pás e ancinhos na mão, remexendo um canteiro de terra.

- Surpresa, minha querida!**
- O que está acontecendo, vó?**
- Vai ver que a fada das ruas banguelas tenha lido sua carta.**

Agora venha, pegue o regador e vá aguar a hortinha, que tem muita coisa acontecendo nessa rua...



Material Educativo: Atividades

Brincar na rua, andar de bicicletas em praças públicas, ir para a escola a pé. Cada vez menos, as famílias e as crianças estão vivenciando as ruas, o caminhar pelo bairro e a construção de referências de espaço no entorno de suas casas e escola. Pensando em voltar a percepção dos alunos para essas questões, propomos algumas atividades que podem ser executadas em sala de aula, ou, ainda, quando possível, no entorno da escola.

HISTÓRIA . O porquê do nome dos lugares

Desenho colorido de um mapa da rua onde moram, ou da rua da escola. A proposta é identificar pontos de referência, como casas, comércios, praças. Pode-se dar nome aos vizinhos, usando cores para marcar portões, muros, jardins e outros pontos de referência. As crianças também podem destacar lugares e pontos de referências que não existem mais nesses espaços.

CIÊNCIAS . O que é vivo na minha rua?

Montagem de uma tabela/mural, com a lista de elementos naturais e artificiais, existentes em determinada rua (exemplo: árvores, banco, postes, pessoas, lixeiras, etc.).

PORTUGUÊS . Na minha rua tem...

Construção de mural com cartolina para ser preenchido pelos alunos. A proposta é completar livremente a frase: “Na minha rua tem...”, registrando a percepção de cada

aluno sobre sua própria rua. A atividade pode ser completada com o inverso: “Na minha rua, não tem...”, para a criança acrescentar coisas que ela gostaria que tivesse.

MATEMÁTICA . A rua feita de formas e medidas

Construção de maquete de blocos geométricos, que pode ser realizada de forma interdisciplinar, com a atividade de Geografia (O mapa da minha rua), apresentando os mesmos pontos, e marcos de referência. Para trazer uma ideia de proporção, aos alunos, pode-se medir os espaços com o uso dos pés e passos, trabalhando, inclusive, o conceito de escalas, para a construção da maquete.

EDUCAÇÃO FÍSICA . Minha vó brincava de...

Reprodução de brincadeiras populares de rua, como: amarelinha, queimada, bets, pi-que-esconde, elástico, corda etc.

ARTES . Se essa rua fosse minha

Colagem de papel, com diferentes texturas, sobre a “rua ideal” de cada aluno. Em roda de conversa, eles podem discutir o que cada um gostaria de ter na sua rua, como mais árvores, parquinhos, ciclovia etc. Essa atividade também pode ser realizada embarcando no mundo do faz de conta – e se as crianças pudessem propor qualquer tipo de rua, por exemplo, com árvores de algodão doce e construção com blocos de lego? Como seria a rua do faz de conta de cada criança? O comparativo pode ser feito entre a “rua ideal” e a rua do faz de conta de cada aluno.



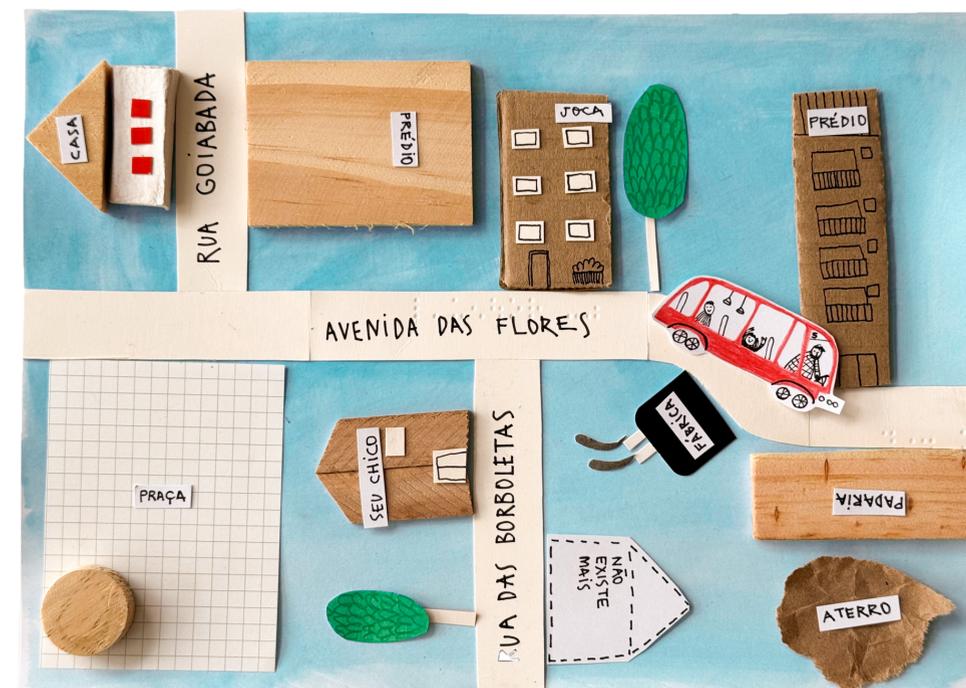
GEOGRAFIA . Grama, arbusto, árvore... como é o verde da sua rua?

Caminhada pela rua da escola, para perceber quais são os tipos de vegetação que compõem aquele espaço. Tem árvore com folhas? Como são as folhas, de que cor, textura e cheiro? Tem árvore com frutos? Quais são os frutos? Em que época do ano nascem e qual é o sabor? Para despertar o interesse pelos tipos de vegetação, uma opção para a caminhada é propor um jogo de caça ao tesouro, achando, por exemplo, três tons de verde, dois tipos de textura de cascas de árvores etc. Para ruas pouco arborizadas, pode-se realizar a atividade inversa. Como poderia ter mais vegetação na minha rua? Onde as espécies poderiam estar plantadas?



GEOGRAFIA . O mapa da minha rua

Desenho colorido de um mapa da rua onde moram, ou da rua da escola. A proposta é identificar pontos de referência, como casas, comércios, praças. Pode-se dar nome aos vizinhos, e usar cores para marcar portões, muros, jardins e outros pontos de referência. As crianças podem destacar também lugares e pontos de referências marcantes que não existem mais nesses espaços.



A CIDADE

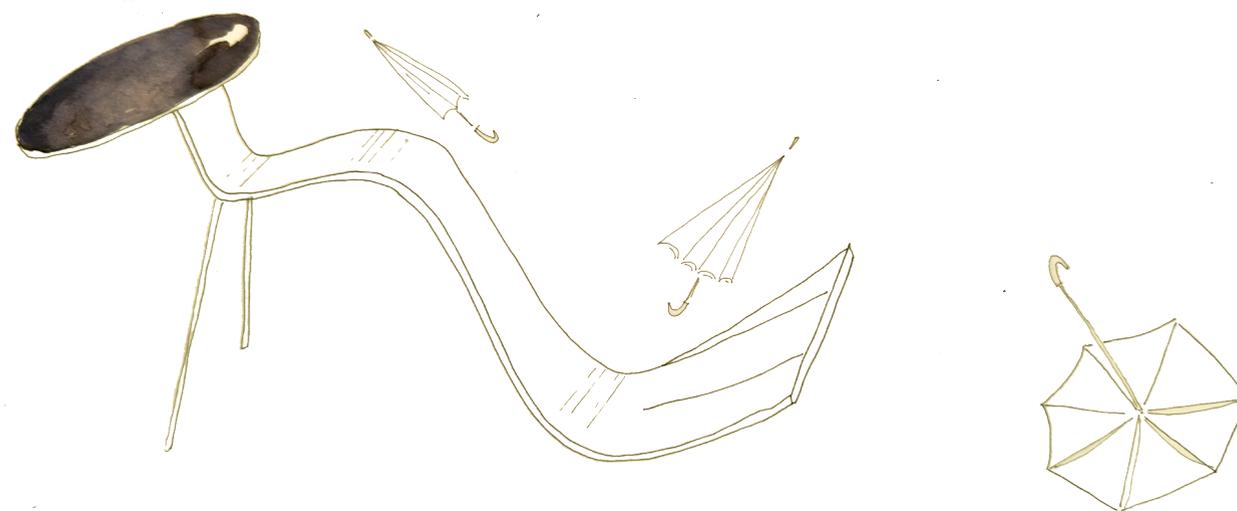
ENSINO FUNDAMENTAL II

Contação de História

A cidade e o portal do labirinto

Dizem que sou contadora de histórias desde criancinha, mas que culpa eu tenho se as coisas sempre acontecem comigo?

Tudo começou em uma quinta-feira à tarde, véspera de uma prova de matemática. Eu precisava estudar, mas minha casa estava muito barulhenta. Minha mãe passando aspirador de pó; meu irmão escutando música alta; e o cachorro do vizinho latindo sem parar.



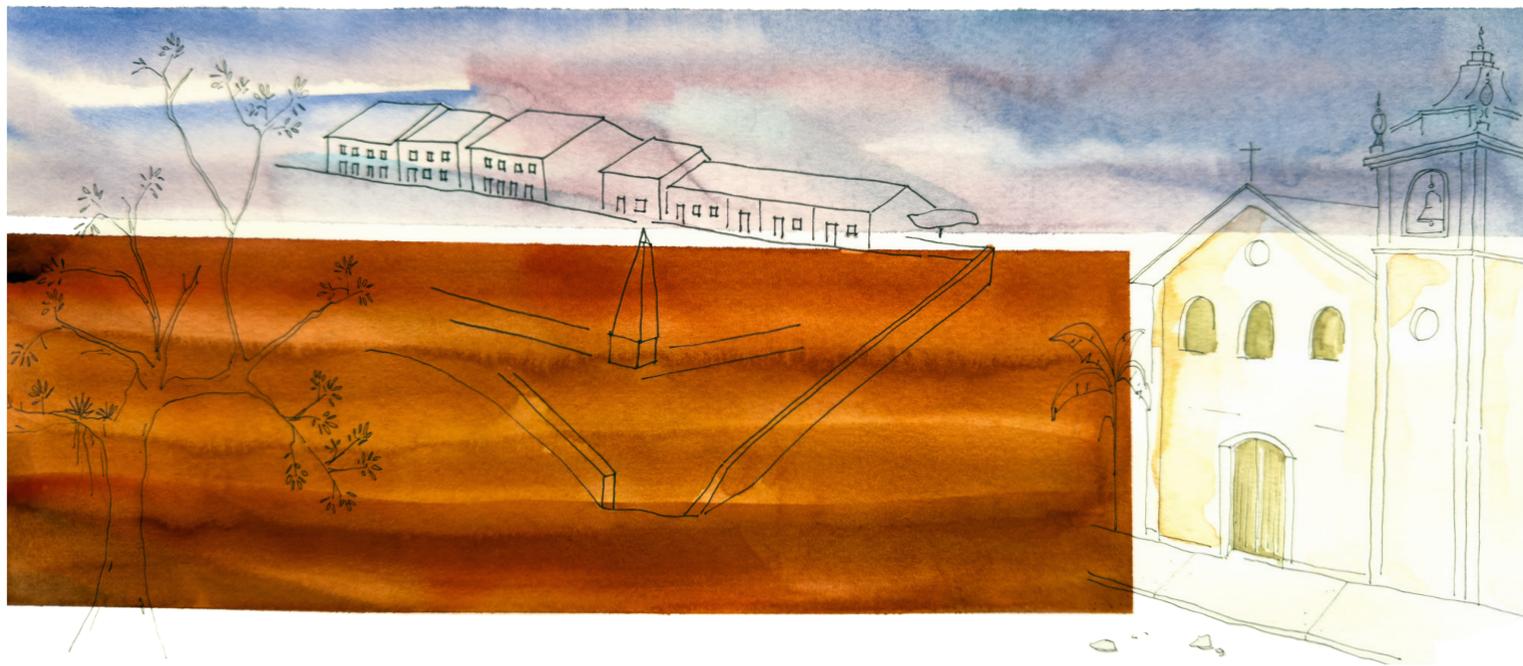
Reclamei e meu irmão me chamou de rabugenta. Socorro! Quem pode aguentar esse fuzuê? Resolvi pegar minha mochila com meus cadernos, e ir de ônibus para a biblioteca da escola, procurar um pouco de paz para estudar. Caminho simples, coisa rápida... em poucos minutos teria meu tão desejado silêncio.

Sai de casa, atravessei a rua e começou a pingar na minha cabeça. Era chuva! Andei mais rápido. Logo, os pingos ganharam força e eu abri minha mochila para pegar meu guarda-chuva.

Foi quando meu estojo rolou e caiu água abaixo pelo bueiro. Abaixei-me para pegar e, de repente, quando dei por mim, eu é quem estava rolando bueiro abaixo. Como poderia ter caído por aquele buraquinho? Tentava entender racionalmente o que estava acontecendo, mas era como se eu estivesse em um grande toboágua, embaixo da terra, que desaguou em uma piscina enorme de água rasa. – Só posso estar no esgoto, eca! –, pensei. Acalmei-me, porque, embora escuro, o lugar não me parecia tão sujo assim, e fui logo andando em direção a um buraco de luz, procurando a saída.



Mais alguns passos, e lá estava uma escadaria em um buraco. Logo saí e comecei a me secar com o meu casaco, quando trombei com uma mulher segurando um jornal. Sabe aquelas folhas compridas, que dobram no meio e trazem as notícias? Minha avó amava ler o jornal, que ela chamava de “impresso”.



Fazia tempo que eu não via um por aí. Enfim, notei que meu celular estava sem sinal, e resolvi perguntar se a tal mulher me emprestaria o celular dela.

– O que é celular?

– Nada não, deixa.

As roupas dela eram esquisitas e ela deveria ser meio maluca. O jeito era encontrar o caminho da escola sozinha, pensei. Ao olhar em volta, senti-me ainda mais perdida. O chão era de terra, as construções eram baixas e eu estava em uma praça, em frente a uma grande igreja amarela, com janelas de madeira verde.

Onde estariam os prédios da minha cidade? Será que eu teria ido parar em outra cidade? Ou será que tinha ido parar em outro tempo? Tudo aquilo que estava acontecendo parecia uma grande loucura, assim, resolvi voltar correndo para o buraco do bueiro de onde tinha saído.

De volta para baixo da terra, me senti em um labirinto, e corri o mais rápido que pude, até encontrar outra escada, com outro buraco. Subi, e logo olhei ao redor, procurando minha rua, ou qualquer outro pedaço conhecido da cidade.



Sei lá, talvez o campo de futebol; aquela rua cheia de prédios altos envidraçados; o clube; o shopping; ou até mesmo o posto de vacina. Estava aceitando qualquer referência que me ajudasse a voltar para casa.

Que nada. Mais uma praça. Essa com a cara bem diferente da primeira, tinha menos árvores, uma fonte no meio, e, na calçada da frente, um teatro. Pelo menos estava escrito T-E-A-T-R-O, na parte de cima do prédio, que parecia um cenário mesmo, cheio de enfeites e desenhos.

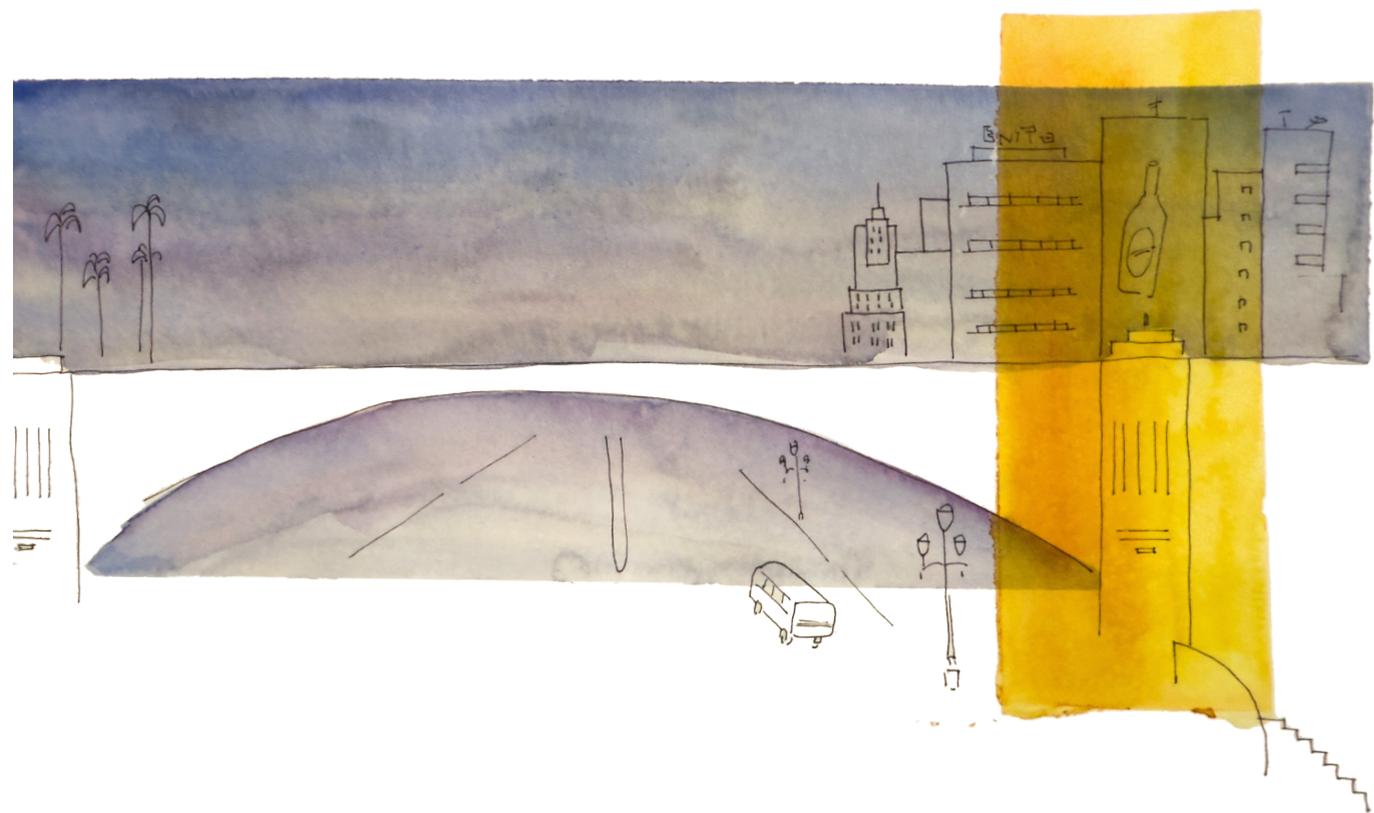
Atravessei a rua de pedra para pedir informações e ...

FONNNN!

Fon? O que era isso?

Não acredito! Um bonde vinha em minha direção. Realmente, não poderia conhecer aquela cidade, porque certamente ela era de outro tempo. Era isso.

Entrei de volta pelo bueiro e me deparei com uma pergunta escrita na parede: a cidade é para todos? Não sabia de qual cidade estavam falando. Certamente a minha cidade era para todos. Eu ia todos os dias para a escola de ônibus e, aos finais de semana, passeava no parque. Às vezes, ia à igreja, ou ao teatro. Ninguém nunca tinha me impedido de andar na rua. Ali eu nasci e ali eu vivia. O que mais faria uma cidade ser nossa?



Quase com saudade das provas de matemática, fechei meus olhos, desejando estar de volta em casa. Pensei nos cantos que eu mais gostava da cidade. E se, de repente, eu pudesse sair do parque? Será que minha bicicleta estaria esperando por mim? Poderia também sair bem em frente à casa da minha avó, que sempre tem uma comidinha pronta – afinal, a essa hora, a fome estava apertando.

Foi nesse momento que vi o grande escorrega-que-parecia-toboágua que tinha me levado até ali, com uma escada ao lado. Subi, e como em um truque de mágica, estava de volta à minha rua, sentada no chão, debaixo de um sol escaldante.



Odete, a vizinha velinha da casa laranja, veio correndo e me ajudou a levantar.

– Menina, acho que o sol forte a alcançou e você acabou desmaiando no chão.

– Que nada, dona Odete! Estava chovendo e eu caí no bueiro.

– Chuva? Hoje? Não chove por aqui faz pelo menos uns dois meses.

Fiz uma cara de interrogação, concordei e corri direto para casa. Só minha mãe acreditaria em mim.

Chegando em casa, contei tudo para ela, que também fez uma cara de interrogação.

– Eu acho que você se perdeu. Poderia me descrever de novo a igreja e o teatro?

Depois de contar a história para minha mãe, ela pensou por uns minutos, pegou sua bolsa, e disse:

– Venha, vou lhe mostrar uma coisa.

Pegamos um ônibus com uma placa escrita **CENTRO**, e, em algum tempo, descemos em uma praça, e minha mãe apontou:

– O teatro era esse? E a igreja, aquela?



Era impossível! Como aqueles prédios estavam todos lá na minha cidade e eu nunca os tinha visto? A igreja amarela de janelas de madeira verde, e o teatro que parecia um cenário, um de frente para o outro, em uma grande praça cheia de bancos, poucas árvores e uma fonte no meio.

– Porque nunca viemos nessa praça, mãe?

– Eu já vim algumas vezes aqui, principalmente quando era mais jovem, porque estudava em uma escola aqui perto. Acho que eu já te trouxe aqui, talvez você tenha se esquecido. Não costumamos vir nessa praça porque é mais longe de casa, e como eu traria sua bicicleta? Prefiro ir ao parque, lá perto de casa.

E continuou:

– Na verdade, acho que você se perdeu e acabou vindo parar aqui. Está tudo bem, essas coisas acontecem. Acabei concordando com minha mãe, porque não aguentava mais explicar que eu caíra em um bueiro com escorrega-que-parecia-toboágua, com labirinto, que me fez sair na minha cidade em vários tempos.

Voltei para casa escutando minha mãe contar muitas histórias daquela praça. Nunca imaginei que o pai do meu avô tinha trabalhado na construção daquele teatro, e que minha avó fazia parte do bloco de carnaval que desfilava nas ruas lá em volta, num tempo muito antes da minha mãe nascer.

Foi nesse dia que minha cidade, que era meio CIDADINHA, virou uma CIDADONA.



Material Educativo: Atividades

A maior parte dos alunos, em idade escolar, entra no Ensino Fundamental II como criança e sai como adolescente. As transformações são enormes, assim como as vivências nos espaços que ocupam. Se, na primeira infância, as crianças absorvem a casa como seu primeiro espaço de convívio afetivo, ao crescerem, vão ganhando, aos poucos, a dimensão da cidade e o aumento do repertório das histórias nelas vividas. Não importa o tamanho da cidade, ou a rotina de cada aluno, fato é que a percepção desses espaços aflora, justamente, nesse momento da vida.

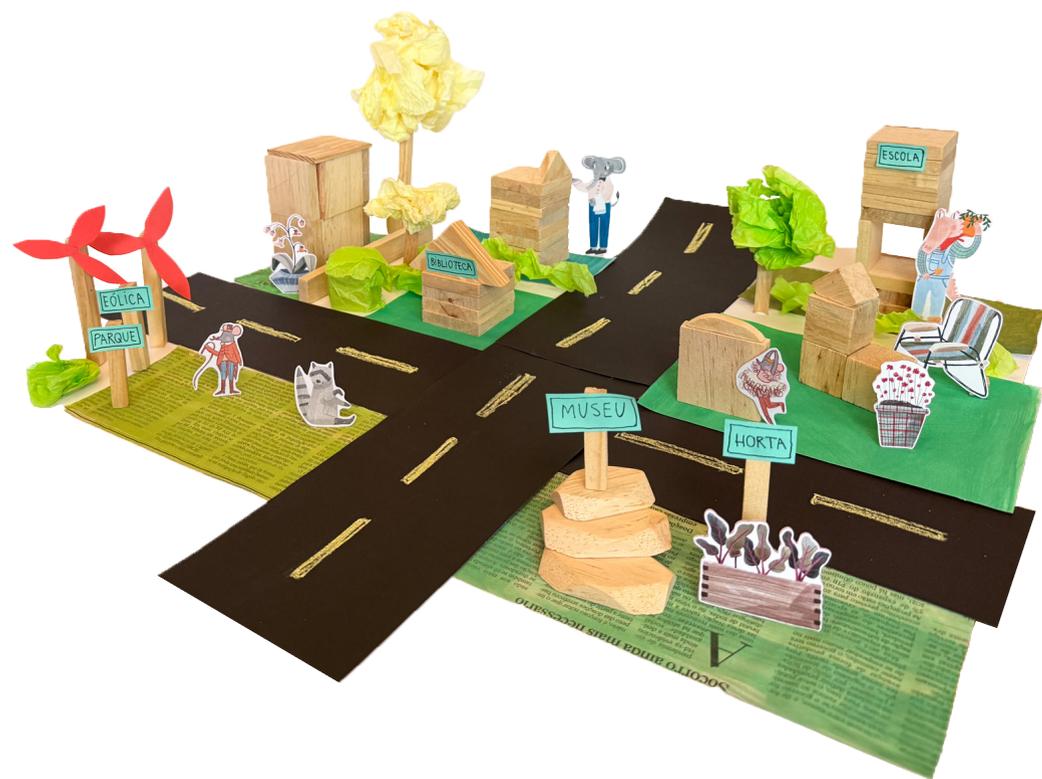
Além das questões racionais e de conteúdo, que cada disciplina pode proporcionar aos estudantes sobre a cidade, o ato de sentir vai aflorar em todas as atividades. As questões acerca das memórias de cada aluno, em relação aos espaços da cidade, devem ser levadas em consideração e usadas em possíveis desdobramentos de atividades futuras.

CIÊNCIAS . Está calor? Plante uma árvore

Construção de painéis mostrando a biodiversidade local e os impactos das mudanças climáticas. Os alunos podem se dividir em grupos e pensar em soluções sustentáveis que contribuam de forma efetiva com a cidade.

ARTES/HISTÓRIA . Maquete da minha cidade

Para a construção de maquete da cidade, cada grupo escolhe um elemento local importante (escola, prefeitura, hospital, biblioteca, prédio histórico) e constrói uma maquete representando a escolha; ao final, os alunos podem criar as ruas que interligam esses lugares, retratando a própria cidade. Para os anos finais, os edifícios mais importantes da cidade podem ser estudados: quando foram construídos? Por quem? Existem fotos antigas daquele prédio?



PORTUGUÊS . Era uma vez uma cidade que falava

Escrita de histórias com o enredo dos “bairros falantes”, que conversam entre si: o que diriam uns para os outros? Seriam amigos? Para os anos finais, os alunos podem pesquisar sobre os bairros, incluindo na história trechos verdadeiros, com características reais dos bairros.



MATEMÁTICA . Os números da cidade

Exercícios de operações matemáticas com os dados da cidade (disponibilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE)³⁶, como população total, quantidade de bairros, extensão territorial, densidade demográfica, e outros. Para os anos finais, em parceria com a disciplina de história, podem ser aprofundados os dados da cidade, e traçado um paralelo entre seu início e os dias de hoje.

EDUCAÇÃO FÍSICA . Mobilidade pela cidade

Encenação de teatro. Marcar no chão da quadra (com fita adesiva, giz, cones) os pontos importantes da cidade, e cada aluno assumirá um papel (pedestre, motorista, vendedor ambulante, ciclista, semáforo, etc.); introduzir conflitos na dinâmica “urbana” de forma que os estudantes possam repensar a mobilidade da cidade e o papel das pessoas nesse tema.

GEOGRAFIA . Mapa afetivo: minhas memórias na cidade

A partir de um mapa impresso (branco e preto) da cidade, ou de um trecho dela, os alunos poderão marcar, com cores, o trajeto que fazem de casa para a escola. Depois, podem escolher quais lugares da cidade trazem suas melhores memórias, usando as cores para fazer o percurso de casa até o lugar escolhido. Podem, ainda, escrever, em pedaços de papel, quais histórias guardam sobre aqueles lugares, colando-os no mapa, em seguida. Além dos lugares escolhidos, os alunos podem marcar os pontos de referência, como árvores, praças, hospitais, entre outros. Essa atividade pode ser feita de forma individual, ou coletiva.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dizem que um sonho sonhado junto, tem chance de se tornar realidade. O material desta publicação foi pensado para envolver educadores, alunos e suas famílias que, por sua vez, podem aprimorar e potencializar as propostas aqui apresentadas. Como faísca num palheiro, este trabalho é apenas um passo para trazer os temas da casa, rua e cidade para o ambiente escolar, alcançando, se possível, os lares dos alunos. Portanto, pretende ser apoio para sensibilizar os estudantes sobre esses temas, ainda durante a infância – e início da adolescência. Acreditamos estar plantando uma sementinha em cidadãos que possam, no futuro, estar munidos do sentimento de pertença das nossas cidades, da nossa cultura e, conseqüentemente, do nosso patrimônio brasileiro, tornando-se protetores e divulgadores desse patrimônio.

Chegamos ao final, e se foi um leitor atento, você percebeu que não listamos nenhum dos nossos bens culturais – e agora sabe, com certeza, que são divididos entre patrimônios material e imaterial. Percebeu que, ao menos, usamos a palavra educação patrimonial nas contações de histórias e atividades didáticas. Foi uma escolha, uma abordagem eleita com a convicção do poder da sensibilização, ou seja, do ato de propor que as crianças se tornem sensíveis a temas patrimoniais, por meio da história, memória e do pertencimento aos lugares em que vivem (seja na casa, rua ou cidade).

A tarefa não parece fácil, e não é. A partir dessas sementes, nascem muitas outras ideias, por aqui, e esperamos que nasçam também por aí. Esperamos que o caminho seja leve, alegre e divertido. E que, ao contar a história da menina que está de mudança, da rua banguela, ou

da cidade com passagens mágicas, os educadores tenham a oportunidade de olhar para suas memórias, e sentir-se parte da história de sua cidade. Que essas histórias saiam da escola, ocupem a cidade, e tragam vida e significado para o patrimônio brasileiro, o nosso patrimônio cultural.

Notas

1 LE GOFF, Jacques. História e memória. Lisboa: Edições 70, 1982.

2 Id. Ibid., p.103.

3 Malha urbana é um termo usado para descrever a estrutura física e organização de uma área urbana. Refere-se ao conjunto de ruas, avenidas, praças, prédios, espaços públicos e outras infraestruturas que formam a rede de uma cidade.

4 O projeto contempla os seguintes eventos: lançamento do livro nas versões física e digital, com contação de história e atividades para crianças; uma palestra de formação profissional voltada para os professores da rede pública de ensino e demais profissionais atuantes na área do patrimônio cultural; e uma roda de conversa aberta ao público em geral.

5 Salvaguarda: proteção garantida por autoridades ou instituições.

6 Espécies endêmicas: animais ou plantas nativas que existem apenas em determinada região geográfica.

7 Para ler mais sobre os conceitos de memória, identidade e pertencimento consultar: Abreu e Chaves (2003); Bosi (2003); Nora (1993); Menezes (1992); Pollak (1992); Halbwachs (1990); Le Goff (1982).

8 SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. Revista CPC, v.14 n. 27esp., 2019, p. 14-31.

9 FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. Patrimônio histórico e cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

10 GONÇALVES, Cristiane Souza. Restauração arquitetônica: a experiência do Sphan em São Paulo 1936-1975. São Paulo: Annablume, 2008

11 Art.1o do Decreto-Lei no 25, de 1937.

12 Art. 216 da CF de 1988.

13 NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: NORA, Pierre (dir). Les lieux de mémoire. v. 1, p. 7-15, Paris: Gallimard, 1984. Tradução disponível em: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto história - Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História da PUC/SP, São Paulo, n. 10, p.

7-26, dez.1993.

14 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 34, p. 9-23, 1992.

15 Para ler mais sobre as políticas de patrimônio no Brasil, consultar: CHUVA, Márcia (org.). A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Iphan, 1995.

16 POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

17 Revolução Periférica: Grupo formado por ativistas das periferias de São Paulo voltado a chamar a atenção para as desigualdades sociais e os impactos do colonialismo no Brasil. Realizam ações simbólicas protestando contra o apagamento histórico de grupos marginalizados (indígenas, negros, quilombolas, periferias urbanas, trabalhadores rurais e sem-terra, imigrantes refugiados, comunidade LGBTQIA+), questionando a celebração de figuras históricas associadas à opressão.

18 SCIFONI, Simone. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo? Educação & Sociedade, v. 43, p. [1-13], 2022.

19 IPHAN [INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL]. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014.

20 IPHAN [INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL]. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014.

21 Material disponibilizado no curso “Educação patrimonial: currículo, conceito e tema” desenvolvido pela Superintendência do Iphan/DF realizado na base da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (Eape-SEE/DF).

22 UNESCO. Teaching and Learning with Living Heritage. A Resource Kit for Teachers Based on the Lessons Learnt from a Joint Unesco-EU Pilot Project. France: 2021. O conteúdo apresentado aqui foi traduzido livremente do website da Unesco, que apresenta todo o material em inglês e/ou francês.

23 Referência ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável no 4 da Unesco: Educação de qualidade (garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos).

24 Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381477> . Acesso em: jan. 2025.

25 Rebetiko: expressão musical e cultural ligada ao canto e à dança que se espalhou inicialmente entre as populações urbanas de classe baixa e trabalhadora, no início do século XX, na Grécia.

26 Biscoitos de Natal Kūčiuka: pequenos biscoitos tradicionais da Lituânia, normalmente consumidos na ceia de Natal. Tem significado simbólico e faz parte das tradições religiosas e familiares do país.

27 Glöcklerlauf: Tradição folclórica que ocorre na Áustria durante o período de Natal, quando os participantes desfilam pelas ruas usando trajes tradicionais, cantando e tocando sino de uma grande estrutura luminosa que carregam chamada Glocken (sinos).

28 Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/resources-for-teachers-01180> . Acesso em: jan. 2025.

29 AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen (org.). Diálogos entre arquitetura cidade e infância: territórios educativos em ação. Rio de Janeiro: Proarq/FAU/UFRJ, 2019.

30 Também disponível em formato de e-book: <http://www2.gae.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/04/Territ%C3%B3rios-Educativos.pdf> . Acesso em: jan. 2025.

31 Para mais informações sobre as atividades, consultar: Azevedo (2019).

32 Para mais informações, consultar o instagram @a.meninadolugar

33 Para mais informações, consultar: <https://www.casacadabra.com.br>. Acesso em: jan. 2025.

34 Disponível em: <https://www.educacaopatrimonial.com.br/> . Acesso em: jan. 2025.

35 Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o currículo da Educação Infantil está estruturado em cinco campos de experiências, cada um com objetivos específicos para a aprendizagem e o desenvolvimento: “O eu, o outro e o nós”, “Corpo, gestos e movimentos”, “Traços, sons, cores e formas”, “Escuta, fala, pensamento e imaginação” e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” (Brasil, 2017).

36 Disponível em www.ibge.gov.br

Sugestões de livros infantis

A CASA

DUBRUC, Marianne. **Minha casa, sua casa**. São Paulo: Melhoramentos, 2021.

GORELIK, Katerina. **Olhe pela janela**. São Paulo: Brinque-Book, 2022.

KAZ, Lorena. **Minha casa**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2018.

LIMA, Graça; MASSARANI, Mariana; MELLO, Roger. **Vizinho, vizinha**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2012.

MORAIS, Vinícius. **A casa**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2020.

NUNO, Fernando. **O quintal da minha casa**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2021.

TSARFATI, Einat. **Os vizinhos**. Rio de Janeiro: Pequena Zahar, 2019.

A RUA

BROW, Peter. **O jardim curioso**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

BUENO, Renata. **Monstros urbanos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

DUBUC, Marianne. **Em frente à minha casa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

FLORA, Ana. **Em volta do quarteirão**. São Paulo: Planeta Jovem, 2006.

RASKIN, Ellen. **Nunca acontece nada na minha rua**. São Paulo: Ameli Editora, 2018.

SMITH, Sydney. **O pequenino e a cidade**. Rio de Janeiro: Pequena Zahar, 2022.

SOULIMAN, Ludovic. **Ah... nisso eu não tinha pensado!** São Paulo: Peirópolis, 2019.

A CIDADE

ANTUNES, Bianca; SAYEG, Simone. **Casacadabra**: cidades para brincar. São Paulo: Pistache, 2018.

AZEVEDO, Estevão. **O dia em que meu prédio deu no pé**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2021.

FONTENELE, Sabrina. **O Jacaré fujão no triângulo**. São Paulo: Acácia Cultural, 2023.

JAE-SOO, RYU. **O guarda-chuva amarelo**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2022.

JAKIEVICIUS, Mônica. **Vida na cidade**. São Paulo: DCL, 1999.

JÚNIOR, Otávio. **Da minha janela**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2019.

MARTINS, Isabel Minhós. **Siga a seta**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2012.

RIOS, Rosana. **Um bairro encantado**. São Paulo: Scipione, 2014.

SILVEIRA, Maria José. **Uma cidade de carne e osso**. São Paulo: FTD, 2004.

VAZ, João. Eugênio. São Paulo: Peirópolis, 2024.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen (org.). **Diálogos entre arquitetura, cidade e infância**: territórios educativos em ação. Rio de Janeiro: Proarq/FAU/UFRJ, 2019.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC/Consed/Undime, 2017.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria n. 137**, de 20 de abril de 2016.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHUVA, Márcia (org.). **A invenção do patrimônio**: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Iphan, 1995.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Restauração arquitetônica**: a experiência do Sphan em São Paulo 1936-1975. São Paulo: Annablume, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Traduzido do original francês. La Memoire Collective (2. ed.) Presses Universitaires de France. Paris, França, 1968. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1990.

IPHAN [INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL]. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos**. Revista CPC, São Paulo, n. 1, p. 16-40, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Lisboa: Edições 70, 1982.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A história, cativa da memória?** Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 34, p. 9-23, 1992.

NORA, Pierre. **Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux**. In: NORA, Pierre (dir.). Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1984, v. 1, p. 7-15. Tradução disponível em: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 7-26, dez.1993.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SCIFONI, Simone. **Conhecer para preservar**: uma ideia fora do tempo. Revista CPC, v. 14, n. 27 esp., p.14-31, 2019.

SCIFONI, Simone. **Patrimônio e educação no Brasil**: o que há de novo? Educação & Sociedade, v. 43, p. 1-13, 2022.

UNESCO. **Teaching and Learning with Living Heritage**. A Resource Kit for Teachers Based on the Lessons Learnt from a Joint Unesco-EU Pilot Project. France, 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.

BRASIL. **Decreto nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 7 ago. 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Art. 216**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 137**, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 28 abr. 2016.

Sobre a autora

Ana Carolina Gleria Lima

Arquiteta e urbanista, doutora em Ciências Sociais pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP) e pesquisadora de pós-doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) de temas relacionados à história da arquitetura e do urbanismo e ao patrimônio cultural. Mãe da Lara (6 anos) e da Bianca (4 anos), autora de livros infantis, vem construindo pontes para unir o mundo da pesquisa acadêmica nos âmbitos da história e do patrimônio, com a primeira infância, por meio da educação patrimonial.

Sobre a ilustradora

Cristiane Souza Gonçalves

Arquiteta, urbanista e artista, doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), pós-doutora em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Dedicar-se à pesquisa acadêmica no campo da preservação do patrimônio cultural, explorando como prédios, casas e monumentos contam a história da cidade. Nos últimos anos, tem dividido seu tempo entre investigações acadêmicas e atividades de expressão lúdica e criativa por meio da aquarela.

Sobre a designer gráfica e fotógrafa

Natália Alencar Veras Albrecht

Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP). Ilustradora e diagramadora de livros publicados englobando literatura infantil, didáticos, maternidade e gastronomia. Mãe da Mia de 7 anos e cearense moradora de São Paulo há 20 anos, tem entre seus trabalhos a Ilustração em aquarela, projeto gráfico e diagramação Livro infantil “Rua das borboletas, n.º 4”, Luciana Godoi; e Ilustração digital e fotografia Livro “Confeitaria Escalafobética” - Raíza Costa.

Sobre a consultora de ensino

Ana Carolina Valente Ribeiro

Arquiteta e urbanista, historiadora, mestra em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, com pesquisa na área de História do Urbanismo realizada no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP). Docente do ensino básico da rede pública estadual de São Paulo, leciona as disciplinas de História, Geografia e Artes, aplicando metodologias e atividades interdisciplinares entre essas áreas.

Nota do Instituto Paulista de Cidades e Identidades Culturais (IPCIC)

Patrimônio Arquitetônico: Identidade das cidades, memória das pessoas

Preservar um patrimônio não é apenas proteger um edifício antigo. É proteger as histórias que ele abriga, os modos de vida que ele testemunhou e os sentidos de pertencimento que ele ainda provoca. No Brasil — país de urbanização intensa e mudanças velozes — a defesa do patrimônio arquitetônico é também um projeto de futuro.

Foi sob essa convicção que o Instituto Paulista de Cidades e Identidades Culturais (IPCIC) construiu sua trajetória. Criado em 2013, em Ribeirão Preto, o IPCIC nasceu do encontro de pesquisadores preocupados com o desaparecimento dos marcos culturais das cidades. Seus primeiros trabalhos não foram apenas inventários descritivos de edificações: foram exercícios de escuta, pesquisa e devolução da memória às comunidades.

O livro Paisagem Cultural do Café, publicado ainda em 2013, é exemplar dessa visão. Nele, o patrimônio arquitetônico de Ribeirão Preto — forjado no auge do ciclo cafeeiro — foi mais do que mapeado. Foi interpretado como paisagem viva, moldada pelas relações sociais, econômicas e afetivas de seu tempo.

Ao longo de sua atuação, o IPCIC consolidou um método próprio: para preservar é preciso conhecer, sentir, envolver a sociedade. Por isso, seus projetos foram além do diagnóstico técnico. Livros, documentários, oficinas, seminários e séries audiovisuais como o Ligados pela História transformaram o patrimônio em narrativa pública e acessível.

A experiência acumulada permitiu ao IPCIC avançar na defesa de políticas públicas. Recentemente, o Instituto foi parceiro na elaboração de um plano de desenvolvimento regional para a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, propondo a recuperação do patrimônio arquitetônico como um dos eixos estruturantes da economia do turismo e da educação patrimonial.

Mais do que um exercício de memória, a preservação patrimonial é um compromisso ético com a cidade que se deseja construir. Espaços históricos reabilitados geram identidade, atraem visitantes, fortalecem o comércio local, criam oportunidades educativas e valorizam o espaço urbano.

Em 2024, essa atuação ganhou nova dimensão com a cooperação firmada entre o IPCIC e a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (Acirp), visando à requalificação do centro da cidade. Esse movimento colocou o Instituto na linha de frente de projetos de restauração emblemáticos, como o prédio Diederichsen e o tradicional Mercado.

Cada parede restaurada, cada fachada recuperada, cada esquina ressignificada — são atos de resistência contra o apagamento da memória urbana. Mas são também gestos de esperança no potencial criativo e humano das cidades.

Preservar o patrimônio arquitetônico é garantir que as cidades possam contar suas próprias histórias às próximas gerações.

Sandra Rita Molina

Presidente do Instituto Paulista de Cidades e Identidades Culturais (Ipcic)

Adriana Silva

Coordenadora de Projetos do Instituto Paulista de Cidades e Identidades Culturais (Ipcic)

@2025 do texto Ana Carolina Gleria Lima

Ilustrações: Cristiane Souza Gonçalves
Projeto gráfico e diagramação: Natalia Veras
Coordenação de projeto: Ana Carolina Gleria Lima

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Lima, Ana Carolina Gleria

Memória, história e pertencimento : educativo

para a sensibilização nas infâncias / Ana Carolina Gleria Lima. --

Ribeirão Preto, SP : Ipccic : CAU Educa; CAU/SP, 2025.

Bibliografia.

ISBN 978-85-67042-16-9

1. Arquitetura 2. Cidades 3. Educação patrimonial 4. Patrimônio cultural 5. Patrimônio imaterial - Brasil I. Título.

25-281506

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação urbana e patrimonial : Educação 370 Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



Parceria de fomento:



Realização:



Instituto Paulista de **CIDADES**
e **IDENTIDADES CULTURAIS**